

EM TORNO DA IDÉIA DE REVOLUÇÃO EM MARX, ENGELS E LÊNIN

Rômulo Pizzolatti

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO

Orientador: Prof. Dr. Osni de Medeiros Régis

FLORIANÓPOLIS

1 9 8 8

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A dissertação EM TORNO DA IDÉIA DE REVOLUÇÃO EM MARX, ENGELS
E LÊNIN,

elaborada por RÔMULO PIZZOLATTI

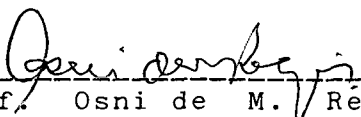
e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi jul-
gada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIAS
HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO.

Florianópolis, 12 de agosto de 1988.

BANCA EXAMINADORA:

OSNI DE MEDEIROS RÉGIS
CHRISTIAN GUY CAUBET
NILSON BORGES FILHO

Orientador:



Prof. Osni de M. Régis

Coordenador do Curso:



Prof. Paulo Henrique Blasi

SUMÁRIO

RESUMO.....	IV
INTRODUÇÃO.....	V
I. A TEORIA MARXISTA DA REVOLUÇÃO: ALGUNS ASPECTOS.....	1
II. A QUESTÃO DO ESTADO E DO PODER.....	18
III. A REVOLUÇÃO COMO PROCESSO.....	36
IV. OS OBJETIVOS DA REVOLUÇÃO.....	67
CONCLUSÕES.....	80

RESUMO

O presente trabalho buscou traçar um perfil das idéias de Marx, Engels e Lênin sobre a revolução, a partir de quatro eixos principais: as idéias que servem de base à teoria revolucionária marxista, a questão do Estado e do poder, o desenvolvimento concreto do processo da revolução e os objetivos da revolução. Apurou-se que a revolução se constitui, em última análise, a materialização do reflexo na consciência do proletariado, das contradições que traspassam o modo de produção atual capitalista. Demonstra-se que o proletariado não pode iniciar a revolução propriamente dita, ou seja, a passagem do modo de produção capitalista para o socialista, sem antes conquistar a supremacia política, que lhe servirá de alavanca para a transformação econômica. É da experiência das revoluções proletárias que o Estado burguês deve ser desmantelado, sob pena de a revolução proletária não vingar. Verificou-se que na fase atual do capitalismo monopolista, as revoluções socialistas ocorrem mais facilmente nos países da periferia, porque aí as contradições do capitalismo são mais agudas, e o socialismo vem a coincidir com a libertação nacional mesma. O objetivo último da revolução social do proletariado não é uma sociedade sem explorados nem exploradores, mas emancipar a humanidade toda das classes e do trabalho imposto pela necessidade, colocando-a enfim em harmonia com as leis da natureza e tornando-a finalmente livre.

INTRODUÇÃO

A revolução é um daqueles conceitos que caracterizam a nossa época, marcada pela ruptura com o passado e pela descontinuidade. Apesar disso -- e talvez por causa disso -- o termo revolução se tem prestado a vários usos e manipulações.

Assim é que no terreno da técnica, a palavra é usada irrestritamente, como em "revolução industrial", "revolução científica", "revolução na medicina", por exemplo. Por outro lado, a nível de ordenamento jurídico o termo é completamente ignorado, inobstante, significativamente, a revolução esteja na base de qualquer ordenamento jurídico. E, na esfera da política, o termo ou é repellido, pura e simplesmente, como se não existira, ou tem a sua significação alterada, inclusive a ponto de o seu próprio contrário ser chamado "revolução", como é o caso da assunção dos militares ao comando do Estado brasileiro, em 1964.

Nesse contexto, impõe-se perquirir esse duplo jogo com o conceito de revolução, cuja utilização é admitida em terrenos em que não confronta diretamente com a ordem vigente -- esta com pretensões de eternidade --, e é, por outro lado, excluído da política e do jurídico, campos nos quais confrontaria com a ordem, ou com ela mostrar-se-ia incompatível.

Fazê-lo, implica resgatar, em sua plenitude, a idéia de revolução com todas as suas implicações sociais, estabelecendo a sua matriz teórica e prática.

Para alcançar esse desiderato, o meio mais indicado não é discutir as razões por que o conceito de revolução se teria prestado a esse duplo jogo; trata-se, na verdade, de, apenas, "revelar" o conceito original e -- principalmente -- suas implicações. Isto feito, estabelecer-se-á (por conta da participação ativa do receptor do presente discurso, bem entendido) o confronto com as situações e atores que engendram a redefinição do termo revolução, ou o condenam ao perpétuo ostracismo.

Ora, a revolução, como conceito e como ação, tem suas raízes naquilo que escreveram, e fizeram, Marx e Engels, pioneiramente, e Lênin, posteriormente. Mais que quaisquer outros autores ou publicistas, servem eles de marco, de referência a qualquer coisa que se diga ou fale a respeito de revolução. Acresce que, como Marx, Engels e Lênin estabeleceram uma noção totalizante e radical de revolução, todo outro conceito de revolução que se formular ou será derivado da idéia original, e portanto concordante, ou será alternativo a ela, negando-a.

Essa condição de ponto de referência das formulações teóricas de Marx, Engels e Lênin sobre a revolução justifica, por si só, a sua eleição como objeto de estudo.

Não se esgota aí, contudo, a importância de serem eles alvo de investigação. Certamente não se estará incorrendo em erro se se disser que a fundamental importância das idéias desses autores sobre a revolução está menos no que elas consistem e mais naquilo que provocaram, nas mudanças no mundo que conseguiram operar. Não se cuide porém que essas idéias têm o condão de mudar o que quer que seja; o seu mérito, verificável aliás empiricamente, é ter levado e levar os homens à ação, operando eles próprios as transformações. Jamais, em qualquer período da história, houve idéias que, contrariando a ordem e sendo por ela perseguidas, conseguissem, em pouco mais

de cem anos, impor-se como dominantes a mais de uma terça parte da população do mundo.

Por essas razões, seguindo a trajetória mesma das obras e formulações dos autores em causa, procurar-se-á na presente exploração enfocar tanto o aspecto teórico das idéias, como a sua aplicação, ou seja, as experiências revolucionárias que materializaram essas idéias.

Optou-se por dividir o trabalho em apenas quatro capítulos, para que a discussão flua mais livremente, sem preocupações com relação à pertinência, que poderia bloquear o desenrolar do discurso.

A eleição da temática de cada capítulo se fez privilegiando aqueles pontos que efetivamente pudessem dar uma visão geral do objeto, e seguindo-se uma ordem mais ou menos cronológica, ou seja, começando dos antecedentes das idéias sobre a revolução, passando pelo desenvolvimento teórico e prático dessas idéias e, enfim, terminando com aquilo que elas projetam para o futuro.

No capítulo I, investigar-se-á o surgimento mesmo das idéias de revolução, em Marx e Engels, aquilo que as antecede necessariamente e lhes está subjacente. Trata-se de estabelecer, em linhas gerais, os contornos da teoria marxista de revolução, por meio da abordagem de seus aspectos principais.

No capítulo II, focar-se-á a dimensão política da revolução, ou seja, a questão do Estado e do poder, inclusive à luz das experiências históricas.

No capítulo III, será explorado o desenvolvimento histórico dessas idéias. Aqui, ver-se-á a interação entre a teoria e a prática, como aquela determina esta, e como esta se reflete naquela.

VIII

No capítulo IV, será abordado um ponto muito pouco explorado, inclusive na literatura marxista. É a questão dos objetivos últimos do processo revolucionário. Fala-se bastante das conseqüências imediatas e a curto prazo da revolução. Mas esquece-se que constitui ela um processo de longo, de aliás longuíssimo prazo, cujos amplos contornos se pode predizer, não havendo, sob pena de se cair na utopia, condições de se descrever os detalhes, como fazem os ideólogos utópicos.

As pretensões do presente trabalho, que não ultrapassamos limites da investigação, impuseram que a abordagem das idéias de Marx, Engels e Lênin se fizesse estabelecendo, entre eles mesmos, um diálogo, do qual o promotor do debate e outros representantes da literatura marxista, de preferência, pedem vênias para participar, vez por outra; menos para falar, porém, do que para ouvir.

I. A TEORIA MARXISTA DA REVOLUÇÃO: ALGUNS ASPECTOS

Convencionemos chamar teoria marxista da revolução o conjunto das idéias, leis, hipóteses, formulações em geral de Marx, Engels e Lênin sobre a constituição da sociedade e seu desenvolvimento.

Para abordá-la adequadamente, pensamos que é necessário verificar os fatos e acontecimentos que a determinam e explicam, de um lado, e que fatos e acontecimentos essa teoria determina e explica, de outro lado. Tão íntimo é seu relacionamento com a realidade, que a engendra e modifica, e é por ela criada e moldada, que separar a teoria marxista da revolução dessas suas múltiplas conexões equivaleria a torná-la tão conseqüente "como um raio caído de um céu azul" (1).

A teoria marxista da revolução possui três vertentes principais que, desaguando em determinado período histórico e lugar, foram transformadas por Marx num monumental estatuto de compreensão e transformação da realidade.

A filosofia clássica alemã, o socialismo francês e a economia política inglesa constituem a matéria bruta, amorfa, caótica, que está subjacente a todo o pensamento de Marx, o qual, por força de sua genialidade e do processo histórico mesmo em que estava inserido, simplesmente "pôs ordem no caos", ligando aquilo que parecia não ter ligação.

A filosofia clássica alemã, representada especialmente por Hegel, subministrou a Marx a dialética, ou seja, "a ciência

das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano" (2), em cuja base está

"A grande idéia fundamental de que não se pode conceber o mundo como um conjunto de 'coisas' acabadas, mas como um conjunto de 'processos', em que as coisas que parecem estáveis, da mesma forma que seus reflexos no cérebro do homem, isto é, os conceitos, passam por uma série ininterrupta de transformações, por um processo de surgimento e caducidade, nas quais em última instância se impõe sempre uma trajetória progressiva, apesar de todo o seu caráter fortuito aparente e de todos os recuos momentâneos..." (3).

Do socialismo francês Marx assimilou a crítica à sociedade capitalista e suas implicações.

Finalmente, da economia política inglesa retirou Marx os elementos necessários à descoberta das leis econômicas que regem o modo de produção capitalista.

Contudo, a teoria marxista da revolução surge apenas quando à elaboração crítica das idéias emanadas dessas três vertentes se vêm juntar as necessidades do movimento operário no qual Marx estava engajado, de ter instrumental teórico adequado para a formulação das táticas e estratégias de sua luta.

A ruptura de Marx com a tradição da filosofia vigente, que se limitava a interpretar o mundo, sem pretensão de mudá-lo, se impôs com a força de uma necessidade histórica. Daí a afirmação que será o fio condutor de toda a sua trajetória intelectual e política posterior: "Os filósofos não fizeram mais que 'interpretar' o mundo de forma diferente; trata-se porém de 'modificá-lo'" (4).

A obra de Marx se propunha a superação desse estado de coisas; por isso, devia, além de interpretativa ou explicativa do funcionamento do processo histórico e da sociedade capitalista, ser transformadora dessa mesma realidade.

A parte explicativa da teoria revolucionária marxista constitui a chamada "concepção materialista da história". A parte transformadora constitui, a seu turno, o "socialismo científico". Essa repartição, contudo, é puramente arbitrária, para fins expositivos, pois a teoria revolucionária de Marx constitui um todo inseparável, como as faces de uma moeda. E em tal grau se interpenetram essas partes que o aspecto explicativo da teoria está contido no transformador, e vice-versa.

A concepção materialista da história, Marx sintetiza-a no prefácio que escreveu ao seu livro "Contribuição à Crítica da Economia Política", cuja transcrição é aqui imprescindível para mais aprofundado exame:

"O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exa-

tidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização. A grandes traços podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês. As relações burguesas de produção são a última forma antagônica do processo social de produção; antagônica, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que provém das condições sociais de vida dos indivíduos. As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução desse antagonismo. Com esta formação se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana." (5)

Esse texto demonstra, com perfeição, o amálgama entre os aspectos explicativo e transformador da teoria de Marx, a fusão da ciência com a política. Ao explicar o mecanismo de evolução da sociedade, aponta o desaparecimento necessário do regime atual, que não passa de um dos elos dessa cadeia de regimes sucessivos que o processo histórico exhibe. A própria explicação, porém, atira o homem, que adquiriu consciência do con-

flito existente entre as forças produtivas e as relações de produção, a propor-se a tarefa de resolver esse conflito, vale dizer, instiga-o a atuar de acordo com o encadeamento do processo histórico. E, como as relações burguesas de produção se encaminham ao desaparecimento, a tarefa de "mover" o processo histórico que levará a esse desaparecimento se coloca nos ombros da classe social que representa as novas relações de produção. O proletariado surge, assim, como agente do processo histórico e portador de uma nova etapa da civilização.

Na carta que Marx escreveu em 5 de março de 1852 a seu amigo Weydemeyer, coloca explicitamente essa transposição da ciência para a política, a relação causal entre o processo histórico e a luta do proletariado:

"...No que me concerne, não me cabe o mérito de haver descoberto, nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi: 1) demonstrar que a existência das classes está ligada a 'determinadas fases de desenvolvimento da produção'; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, 'à ditadura do proletariado'; 3) que essa própria ditadura nada mais é que a transição à 'abolição de todas as classes' e a uma 'sociedade sem classes'..." (6)

Lênin, refletindo sobre essa indivorciável ligação entre ciência e política em Marx, aponta que a cisão equivaleria à completa deturpação da teoria revolucionária marxista:

"Quem reconhece 'unicamente' a luta de classes, esse ainda não é marxista, esse pode encontrar-se ainda dentro dos limites do pensamento burguês e da política burguesa. Limitar o marxismo à doutrina da luta de classes significa truncar o marxismo, deturpá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele que 'alar-

ga' o reconhecimento da luta de classes até ao reconhecimento da 'ditadura do proletariado'. Nisto consiste a diferença mais profunda entre o marxista e o vulgar pequeno (e também grande) burguês. É nesta pedra de toque que é preciso experimentar a compreensão e o reconhecimento 'efectivos' do marxismo." (7)

Antes de abordar-se mais profundamente o aspecto transformador da teoria de Marx, ao qual, ideologicamente, corresponde o "socialismo científico", faz-se mister explorar certos pontos da parte explicativa da teoria, a concepção materialista da história, os quais determinarão aquele.

Para tal compreensão, exigência primeira é colocar as questões fundamentais, que induzirão as respostas fundamentais. Por outra, e tornando mais concreta a reflexão, importa verificar qual a questão que revelou a Marx a concepção materialista da história. Pensamos que a indagação fundamental posta por Marx foi: onde reside, em última análise, a causa histórica de estar a sociedade dividida em classes? As pesquisas históricas de Marx apontaram-lhe a íntima conexão entre a defasagem da produção social e as necessidades da sociedade. E demonstraram-lhe, mais, que as classes eram consequência da divisão do trabalho social e de estar a maioria da sociedade condenada ao trabalho, sob o chicote das necessidades da existência.

Esse ponto fundamental, em que se ancora a concepção materialista da história, e, por via reflexa, o socialismo científico, Engels o expõe com clareza e precisão:

"A divisão da sociedade em uma classe exploradora e outra explorada, em uma classe dominante e outra oprimida, era uma consequência necessária do anterior desenvolvimento incipiente da produção. Enquanto o trabalho global da sociedade der apenas o estritamente necessário para cobrir as necessidades mais elementares de todos, e talvez um pouco mais; enquanto, por isso, o trabalho ab-

server todo o tempo, ou quase todo o tempo, da imensa maioria dos membros da sociedade, esta se divide, necessariamente, em classes. Junto à grande maioria constrangida a não fazer outra coisa senão suportar a carga do trabalho, forma-se uma classe que se exime do trabalho diretamente produtivo e a cujo cargo correm os assuntos gerais da sociedade: a direção dos trabalhos, os negócios públicos, a justiça, as ciências, as artes, etc. É, pois, a lei da divisão do trabalho que serve de base à divisão da sociedade em classes." (8)

Mais adiante (capítulo IV) ver-se-á que o objetivo último da revolução social é, na verdade, é abolir esse aspecto impositivo do trabalho, submetido ao império da necessidade.

Uma vez surgidas as classes (9) no palco da história, tornam-se elas o agente do processo histórico, por meio da luta que entre si travam pela existência.

Se, porém, as classes em conflito é que impulsionam imediata e diretamente a história, a seu turno elas são movimentadas pelas contradições que existem no nível mais fundamental da sociedade, isto é, no nível econômico, no nível do modo de produção de determinada sociedade.

Assim como os modos de produção (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo) foram-se sucedendo ao longo da história, e com eles as classes que lhes correspondiam, a concepção materialista da história estabelece a necessidade de ser o modo de produção capitalista moderno substituído, por força das suas contradições intestinas, em cujos pólos se digladiam as forças produtivas e as relações de produção. Aqui, neste exato ponto, o elemento necessário da doutrina revolucionária marxista, a parte interpretativa, se conecta ao elemento de vontade, a parte transformadora ou revolucionária da doutrina.

Não há, pois, falar em fatalidade na teoria revolucio-

nária de Marx. Trata-se esta assertiva de uma amputação da parte voluntária da teoria, e uma vulgarização da parte explicativa, a qual assenta na "necessidade histórica", que não se identifica com "fatalidade", ou "inevitabilidade", por natureza a-históricas. Na verdade, não é a história que acontece, mas os homens que fazem acontecer na história. Expressam-no Marx e Engels da seguinte forma:

"A história não faz nada, 'não possui uma riqueza imensa', 'não dá combates', é o homem, o homem real e vivo que faz tudo isso e realiza combates; estejamos seguros de que não é a história que se serve do homem como de um meio para atingir - como se ela fosse um personagem particular - seus próprios fins; ela não é mais que a atividade do homem que persegue os seus objetivos." (10)

Pois bem. O modo de produção capitalista, a cujo estudo Marx e Engels dedicaram a maior parte de suas obras, e para cuja superação toda sua obra, sem exceção, é voltada, é movimentado no seu nível mais básico pelas contradições que traspassam a instância econômica da sociedade, a que Marx chamava "estrutura"; e, no seu nível superior, é movimentado pelas contradições que traspassam a instância política da sociedade, denominada "superestrutura", instância na qual as classes se confrontam imediatamente.

A primeira e maior contradição sobre cuja tensão assenta o modo de produção capitalista se dá entre a produção social e a apropriação capitalista. Ora, na indústria moderna, expressão suprema da sociedade capitalista, a lei da divisão do trabalho faz com que todos os operários participem da produção de todos os produtos, os quais resultam, deste modo, do trabalho coletivo, ou "social". Nessas condições, ninguém pode afirmar -- para usar a imagem de Engels -- "isso foi feito por 'mim', esse produto é 'meu'" (11). A produção é, por isso mesmo, social. Não obstante, os produtos se divorciam, logo após, de seus produtores, na medida em que a sua apropriação é "indivi-

dual", ficam eles pertencendo única e exclusivamente ao proprietário dos meios que permitiram a produção, ao industrial ou capitalista. A apropriação é, assim, individual ou capitalista (12).

A lei da divisão do trabalho social, que engendrou essa contradição, gerou também a contradição entre a burguesia e o proletariado, que é, justamente, o reflexo da contradição estrutural entre a produção social e a apropriação individual. Num pólo ficam os capitalistas, que concentram em suas mãos os meios de produção e se apropriam dos produtos; e no outro pólo ficam os produtores, divorciados dos meios de produção, que só possuem de seu a força de trabalho.

Baseando-se a sociedade capitalista no lucro, logo no seu primeiro momento os capitalistas, detentores dos meios de produção, começam a concorrer entre si, disputando os mercados. A busca de um lucro cada vez crescente acarretou a organização da produção dentro de cada fábrica ou indústria, com o que se diminuía os custos da produção. Na contramão, a concorrência entre os vários capitalistas fez com que as indústrias produzissem quantidades de produtos que não sabem, de antemão, se vão ser absorvidas pelo mercado consumidor. Eis aí caracterizada essa outra forma derivada de contradição: a contradição entre a anarquia da produção no seio de toda a sociedade e a organização da produção dentro de cada fábrica (13).

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, novas contradições vão surgindo, ou, por outra, a contradição fundamental (produção social vs. apropriação individual) vai revestindo novas formas, sem que, porém, se resolva.

A anarquia da produção dentro da sociedade obriga os capitalistas a, cada vez mais, organizar a produção, a aperfeiçoar os instrumentos de trabalho e a buscar novos mercados. Co-

mo a expansão dos mercados, pelo seu ritmo, não serve de válvula de segurança para a pressão da produção anárquica, sempre crescente, a contradição fundamental eclode como contradição entre o modo de produção e o modo de distribuição -- as crises econômicas da sociedade capitalista (14).

Os abalos provocados pelas crises na sociedade capitalista, por reflexo da anarquia da produção, obrigaram a classe dos capitalistas a atenuar os efeitos, sem tocar nas causas: por meio de trustes e monopólios, os capitalistas buscaram dividir os mercados, evitando a retaliação e os males da anarquia da produção. E o Estado capitalista, cuja atitude era até então de vigilante passividade, passou a comandar diretamente o processo produtivo, inclusive assumindo tarefas de produção. Vê-se, assim, a livre concorrência trasmudar-se em monopólio e a produção anárquica da sociedade capitalista planificar-se, tornando a produção socializada (15).

Se, porém, as relações de produção da sociedade capitalista se socializam cada vez mais, tendendo abertamente para as relações de produção socialistas, a superestrutura política e jurídica é mantida intacta, como escudo de proteção à apropriação capitalista, de tal sorte que a contradição fundamental entre a estrutura econômica e a superestrutura política e jurídica, em vez de atenuar-se, resulta agravada. A solução dessa contradição reside no estilhaçamento da superestrutura política e jurídica revolucionariamente, por obra da classe materialmente interessada nessa solução: o proletariado. A história mostra que a solução dessa contradição fundamental não se dá espontaneamente. Rosa Luxemburgo se deteve na questão e expõe:

concl. { "As relações de produção da sociedade capitalista aproximam-se sucessivamente das relações de produção socialista. Em contrapartida, as suas relações políticas constroem entre a sociedade capi-

talista e a sociedade socialista um muro cada vez mais alto.

"Nesse muro, nem as reformas sociais nem a democracia abrirão brechas, contribuirão, pelo contrário, para o segurar e consolidar. Apenas um golpe revolucionário, isto é, 'a conquista do poder político pelo proletariado', o poderá abater." (16)

Sendo certo, como diziam Marx e Engels, que "a história não faz nada", "é o homem, o homem real e vivo que faz tudo" (17), as contradições do modo de produção devem, para transformar-se em revolução, refletir-se na consciência dos homens, que são os agentes da história, que são quem faz a revolução. A consciência dos homens, porém, é reflexo de sua posição dentro da produção social e, mais, de sua relação política com a ordem existente. Por isso,

"De todas as classes que enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico." (18)

Seja por sua posição na produção, seja por sua relação política com a ordem existente, as demais classes, como o campesinato e o lumpen-proletariado, carecem das condições necessárias para promover uma revolução. Bukharin arrolou, esquematicamente, esses requisitos:

CONDIÇÕES	CAMPESINATO	LUMPEN- PROLETARIADO	PROLETARIADO
1. Exploração econômica.....	sim	não	sim
2. Opressão política	sim	sim	sim
3. Pobreza.....	sim	sim	sim
4. Produtividade....	sim	não	sim
5. Desvinculação com a propriedade privada.....	não	sim	sim
6. Unidade na produção, trabalho comum .	não	não	sim (19)

As outras classes podem, quando muito, ser aliadas do proletariado na sua luta pela democracia, na sua luta contra a autocracia, o regime de servidão, a monarquia. Entretanto, na luta contra a propriedade privada, na luta pelo socialismo, o proletariado estará sozinho, e terá de lutar contra as resistências da pequena-burguesia e do campesinato, aferrados que estão à propriedade privada. Quase três anos depois da Revolução de Outubro, Lênin refletia que o mais dificultoso, numa revolução socialista, não é expulsar os latifundiários e os capitalistas, o que os bolcheviques fizeram até com certa facilidade; o difícil, o penoso seria "suprimir os pequenos produtores de mercadorias", os "milhões e milhões de pequenos patrões", isto é, os camponeses e os pequenos-burgueses, os quais não podem ser esmagados, mas devem ser reeducados mediante um trabalho lento e prolongado de organização (20).

Na caracterização do proletariado como a única classe revolucionária da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, a última classe revolucionária da história, a teoria marxista da revolução uniu-se à prática revolucionária, e funde os seus aspectos interpretativo e transformador da realidade social. Porque, na explicação da situação do proletariado na sociedade burguesa, está contida a fórmula mesma de sua emancipação: "Nas condições de existência do proletariado já estão destruídas as da velha sociedade" (21).

O proletariado é a única classe revolucionária da sociedade moderna porque, como atrás se viu, é também a única que a nega em todos os seus elementos fundamentais. E será a última porque, para emancipar-se completamente, impõe-lhe a lei da negação da negação que se negue a si mesmo. Com efeito, por meio de uma revolução, na qual o proletariado se erga como classe dominante, terá ele negado a supremacia política da burguesia, ao afirmar a sua supremacia política. É a pura ne-

gação, por parte de uma classe, da outra, a qual todavia continua a existir e pode inclusive reverter o processo por meio de uma contra-revolução. O processo histórico só terá seu curso normal, segundo a dialética que o preside, se o proletariado negar-se a si mesmo como classe, negando, assim, a própria existência das classes. É a negação da negação. Só o proletariado é, pois, a classe revolucionária porque só ele pode permitir o curso do processo histórico; só ele pode realizar a negação e superá-la pela negação da negação. Eis como a teoria marxista supera a explicação do mundo e se põe a serviço da sua transformação dialética.

Vejamos, agora, a contribuição de Lênin para a teoria marxista da revolução, levando-a a denominar-se como marxismo-leninismo.

A contribuição de Lênin para o conjunto das idéias de Marx e Engels sobre a revolução proletária resulta em grande medida do fato de que viveu, estudou e atuou politicamente numa fase já metamorfoseada do modo de produção capitalista, que Engels, em 1877, vislumbrara e descrevera (22). Trata-se da fase imperialista do capitalismo, que Lênin, em síntese, define como a fase monopolista do capitalismo, e cuja significação do ponto de vista proletário é que representa a transição do capitalismo para um modo de produção superior.

Por esta razão, diz-se que "o leninismo é o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária" (23).

Lênin estudou detalhadamente essa fase particular do capitalismo em "O Imperialismo, fase superior do capitalismo", obra de 1916, do ponto de vista puramente econômico, tendo em conta a censura czarista. No prefácio às edições francesa e alemã de 1920, Lênin conclui: "O imperialismo é a véspera da revolução social do proletariado. Isto foi confirmado à escala mundial desde 1917." (24)

A despeito de tratar-se o imperialismo de uma nova fase do capitalismo, que remonta ao princípio deste século, Marx já predissera o seu surgimento, quando assentara que "a livre concorrência gera a concentração da produção, e que referida concentração num certo grau de desenvolvimento conduz ao monopólio", na paráfrase de Lênin (25). Essa fase monopolista do capitalismo exhibe cinco traços fundamentais:

"...1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse 'capital financeiro', da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes." (26)

O imperialismo, ao agudizar todas as contradições do modo capitalista de produção ao extremo, passa a constituir "a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial" (27).

O fato de o imperialismo agravar as contradições do capitalismo não autoriza, contudo, a conclusão de que elas encontrem solução a curto prazo, especialmente nos países imperialistas. É que o imperialismo veio servir como válvula de segurança à pressão do proletariado dos países avançados. Com efeito, observa Lênin, o superlucro obtido pelos países imperialistas de suas colônias permite subornar os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária, acarretando um verdadeiro "aburguesamento" do movimento operário nos países imperialistas e as tendências oportunistas refletidas na II Internacional (28).

Este fato já fora apontado por Engels, encontrando nele a explicação para o descenso do movimento operário inglês:

"Eis a verdade: enquanto o monopólio inglês subsistiu, a classe operária inglesa se beneficiou até certo ponto das vantagens deste monopólio. Estas vantagens foram diferentemente repartidas entre os seus membros; a minoria privilegiada recebeu a maior parte, mas até a grande massa recebeu a sua parte, pelo menos de vez em quando e durante um certo período. Esta é a razão por que não houve socialismo na Inglaterra desde a morte do owenismo. Com o desabar desse monopólio, a classe trabalhadora inglesa perderá essa posição privilegiada. Será nivelada um dia -- incluindo a minoria dirigente e privilegiada -- pelo nível dos operários estrangeiros. E é esta a razão pela qual o socialismo renascerá na Inglaterra." (29)

Se o imperialismo teve este efeito de atenuar a luta de classes nos países imperialistas, gerou, por outro lado, efeitos favoráveis à luta de classes nos países dependentes, que fizeram Lênin qualificá-lo de "véspera da revolução social do proletariado" (30). Primeiro, agravou as contradições capitalistas nos elos mais fracos do sistema, tornando a pressão das massas exploradas e oprimidas expansível apenas mediante uma revolução socialista. E, segundo, assim como a guerra de 1870-1871 e a derrota da Comuna transferiram da França para a Alemanha o centro de gravidade do movimento operário europeu, semelhantemente o imperialismo transferiu dos países capitalistas avançados para os atrasados o centro de gravidade da revolução proletária.

Nesse centro de gravidade do movimento revolucionário, Lênin ocupou posição privilegiada, pelo equacionamento das tarefas do proletariado frente ao Estado burguês e pelas formulações de tática e estratégia da revolução proletária. Isso já constituirá, porém, matéria dos capítulos II e III.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. A imagem é de Marx, no Prefácio à segunda edição de O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1, p.199.
2. ENGELS, Friedrich. "Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã". In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 3, p. 194.
3. ENGELS, F. Idem, p. 195.
4. MARX, K. "Teses sobre Feuerbach". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.3, p.210.
5. MARX, K. "Prefácio à 'Contribuição à Crítica da Economia Política'". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 1, pp. 301/302.
6. MARX, K. "Carta a Weydemeyer". In: MARX, K. e ENGELS, F. Idem, v. 3, pp. 253/254.
7. LÊNINE. V. I. "O Estado e a Revolução". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. v. 2, pp. 244/245.
8. ENGELS, F. "Do socialismo utópico ao socialismo científico". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 2, p. 333.
9. O conceito de "classe" aqui referido é aquele genérico empregado por Marx e Engels no primeiro parágrafo do capítulo BURGUESES E PROLETÁRIOS do "Manifesto do Partido Comunista", e não o conceito de classe específico da sociedade burguesa, isto é, proletariado e burguesia.
10. Trata-se de uma passagem de "A sagrada família", de Marx e Engels, citada em MARX, K. e ENGELS, F. História, org. por Florestan Fernandes. Trad. Florestan Fernandes e outros. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1984. p. 48.
11. ENGELS, F. "Do socialismo utópico ao socialismo científico". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 2, p. 322.
12. ENGELS, F. Idem, pp. 322/323.
13. ENGELS, F. Idem, p. 326.
14. ENGELS, F. Idem, p. 328.
15. ENGELS, F. Idem, p. 329.
16. LUXEMBURGO, Rosa. Reforma Social ou revolução? São Paulo, Global Editora, 1986. p. 61.
17. Vide nota 10, supra.

18. MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1, p. 29.
19. BUKHARIN, N. Tratado de Materialismo Histórico. Centro do Livro Brasileiro, sem data. p. 339.
20. LÉNINE, V. I. "A Doença Infantil do 'Esquerdismo' no Comunismo". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1980.v.3, pp. 295/296.
21. MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1, p. 30.
22. ENGELS, F. "Do socialismo utópico ao socialismo científico". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 2, pp. 329/330.
23. STALIN. Fundamentos do Leninismo. Trad. de Olinto Beckerman. São Paulo, Global Editora, sem data. p. 7.
24. LÉNINE, V. I. "Prefácio às edições francesa e alemã" (do livro "O Imperialismo, fase superior do capitalismo"). In: Obras escolhidas. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1986. v.1, p.585
25. LÉNINE, V. I. "Imperialismo, fase superior do capitalismo". In: Obras escolhidas. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1986, v.1, p. 590.
26. LÉNINE, V. I. Idem, pp. 641/642.
27. LÉNINE, V. I. Idem, p. 668.
28. LÉNINE, V. I. "Prefácio às edições francesa e alemã" (do livro "O Imperialismo, fase superior do capitalismo"). In: Obras escolhidas. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1986, v.1, pp. 584/585.
29. ENGELS, F. "Prefácio à edição alemã de 1892" (do livro "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra"). In: ENGELS, F. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Trad. de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo, Global, 1985. pp. 375/376.
30. Vide nota 24, supra.

II. A QUESTÃO DO ESTADO E DO PODER

Como nada -- ao menos para os autores cujas idéias se discutem -- se passa fora de um contexto histórico, a questão do Estado e do poder não emerge à consciência das massas proletárias a qualquer momento, mas apenas em momento determinado, para o qual se constitui necessidade histórica, ou, como diz Marx,

"... a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização."(1)

O momento a partir do qual a questão do Estado e do poder passa a colocar-se à consciência das massas é o momento de eclosão da luta de classes, isto é, a ocasião em que o confronto entre os indivíduos assume caráter político, de enfrentamento de classe contra classe, em que os interesses não são mais pessoais, mas são os interesses inerentes a uma determinada posição dentro do processo produtivo -- os interesses de classe. Quando o operário enfrenta individualmente o burguês, seja quebrando-lhe a cara, ou uma máquina sua, a luta política está ainda latente, subterrânea. Mas quando as várias lutas individuais se entrelaçam e se fundem numa luta de caráter nacional, está caracterizada a luta política, a luta não entre indivíduos, mas entre as classes: "Toda luta de classes é uma luta política" (2).

A luta política em Marx, Engels e Lênin implica na questão do Estado, na medida em que a luta entre as classes não se dá sem mediações, mas passa pelo confronto com o Estado, que mediatiza a luta de classes. Sendo o Estado uma "máquina para a opressão de uma classe por outra" (3), vale dizer, aquilo mediante o qual a classe dominante "aparece" como tal, é conseqüente que os ataques da classe oposta se direcionem a este destacamento avançado da classe dos capitalistas.

Isso não quer dizer que poder e Estado, nos autores em discussão, se identifiquem. De qualquer modo, a posse e a destruição do Estado burguês é justamente a luta pelo poder, o qual reside, de fato, nas relações de produção, no nível da estrutura econômica.

A instância política é o nível no qual se coloca a questão do poder, mas que deve ser transposta pelo proletariado para que possa exercer o poder. Se, ao revés, a instância política fosse o nível do poder, bastaria à classe em ascensão a conquista do Estado para ter o domínio político e econômico da sociedade, o que, como se verá abaixo, não é da experiência histórica.

Ao erguer-se a nível de classe dominante -- do ponto de vista estatal, bem entendido -- o proletariado usará sua supremacia política para arrancar a pouco e pouco todo o capital à burguesia (4). Eis justamente onde reside o poder numa sociedade de modo de produção capital -- no capital.

Aqui, uma questão se coloca naturalmente: por que é que a luta de classes tem de passar necessariamente pela instância política, pela instância do Estado? Não é possível um confronto direto do proletariado contra o poder da burguesia, o capital? A resposta, a própria história no-la apresenta. É que, diz Florestan Fernandes, discorrendo sobre Lênin,

"...a revolução proletária possui um padrão histórico próprio. Em contraste com a revolução burguesa, ela não pode iniciar-se antes da tomada do poder (= de Estado) pelo proletariado e da dominação pela maioria." (5)

Portanto, o caminho a ser percorrido pelo proletariado para atingir o domínio social mais completo é o inverso daquele trilhado pela burguesia. Esta ao conquistar a supremacia política já dominava economicamente, já detinha os meios de produção, possuía cultura, instituições, o que lhe permitiu fazer uma revolução de minoria, substituindo apenas o vértice do poder feudal, já dissolvido de fato e lentamente pelo ascenso do comércio, com a manufatura e a indústria. Já o proletariado, desprovido econômica, cultural e institucionalmente, não pode minar as bases da sociedade burguesa, não pode partir de baixo, da estrutura econômica, à semelhança da burguesia com relação ao feudalismo. Ao proletariado forçoso é começar pelo vértice, pela superestrutura política, pela manifestação mais externa e imediata do domínio da burguesia; é-lhe imperativo encetar a luta pelo nível do Estado, por isso que, sem a prévia supremacia política não pode operar a superação do modo de produção da burguesia. Dito sinteticamente: quem tem o poder econômico, quem domina por força do modo de produção que predomina, possui, reflexamente, o poder político. Quem não tem o poder econômico deve ter o poder político para lutar por ele. Esta reflexão implica, do ponto de vista prático, a ditadura do proletariado como condição necessária à revolução proletária.

Na carta que escreveu em 05 de março de 1852 a seu amigo Weydemeyer, Marx usa, pela primeira vez, a expressão "ditadura do proletariado", definindo-a como o estágio de transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes.

Já no Manifesto que escreveu em 30 de maio de 1871 para

a Associação Internacional dos Trabalhadores, acerca da guerra civil na França, por meio da qual os operários parisienses se elevaram ao poder, Marx, ao fazer o balanço da experiência revolucionária da Comuna de Paris, discorre mais circunstanciadamente sobre a questão da atitude do proletariado frente ao Estado, e traça os princípios que caracterizam a ditadura da classe ascendente, induzidos a partir de tal experiência.

Antes de discutir as experiências históricas concretas de ditadura do proletariado, mister há de abordar conceitualmente o termo. Assim é que, segundo Lênin (6), existe um conceito burguês vulgar de ditadura e existe um conceito do ponto de vista marxista de ditadura, os quais se opõem. Refere ele que a literatura burguesa criticava os artigos de Marx em "Neue Rheinische Zeitung", por exigirem "a instauração imediata da ditadura como único meio de realização da democracia". É que, continua Lênin, do ponto de vista burguês vulgar os conceitos de ditadura e o de democracia excluem-se mutuamente, pois o burguês entende por ditadura a anulação de todas as liberdades e garantias da democracia, toda arbitrariedade, todo o abuso do poder no interesse pessoal do ditador. Marx porém esclareceu na Nova Gazeta Renana a diferença entre a ditadura de classe e a ditadura de um indivíduo. Toda estrutura estatal provisória, depois de uma revolução, exige uma ditadura, e enérgica, cuja tarefa é a destruição dos restos das velhas instituições, a eliminação de fato de tudo aquilo que esteja em contradição com o novo poder, e a defesa em face da contra-revolução.

Pensamos, refletindo sobre o caso brasileiro, que o conceito de ditadura formulado por Marx é o único que tornaria possível a implementação de transformações estruturais, inclusive aquelas que aprofundariam conquistas dentro da própria ordem burguesa, como a revolução agrária, revolução urbana, re-

volução nacional e outras. O caso brasileiro é exemplo típico da impotência da nossa burguesia e de que a ditadura no conceito de Marx é a ferramenta para qualquer revolução, até mesmo para o mais raso aprofundamento da revolução democrática. Ora, a passagem daquilo que se convencionou, entre nós, chamar "autoritarismo", ou "ditadura", esta última em sentido corrompido, para a "democracia" foi chamada de "transição" justamente para marcar a lentidão e o gradualismo do processo, e etiquetada com um "sem revanchismos", para dar a idéia de que o novo deveria conviver pacificamente com o velho. Os mais progressistas dentro os políticos burgueses colocavam na ordem do dia "remover o entulho autoritário", tarefa que, afinal, não foi executada por isso que é impossível -- sem revanchismos -- remover o entulho autoritário, varrer os restos das velhas instituições. O resultado é que a transição fica, permanentemente, "em trânsito". A reação neutraliza quaisquer avanços fundamentais.

A Assembléia Nacional Constituinte, a seu turno, repete, em outro nível, o quadro de inércia e imobilismo quanto ao aprofundamento da revolução democrático-burguesa. A ditadura é expressamente excluída em nome da conciliação, do pacto, em que o velho, o antigo regime se mantém intocado. O aprofundamento democrático da ordem burguesa, ou a sua substituição exigirá sempre uma revolução e uma ditadura de classe, funcionando a Assembléia Constituinte como consolidação formal das conquistas alcançadas e implementadas. A Assembléia Constituinte pode até mesmo ser dispensada, e deve ser dissolvida quando, na verdade, se torna representante da reação, como é o caso da Constituinte convocada na Rússia em janeiro de 1918. O absurdo de se esperar que uma Assembléia Constituinte execute as tarefas de uma revolução e de uma ditadura revolucionária, ao mesmo tempo, foi dito adequadamente pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, numa

entrevista à televisão, no ano de 1987, da seguinte forma: "Não se pode exigir da Constituinte uma revolução que a sociedade não fez".

Retomemos as questões atrás colocadas. A revolução proletária, ficou expresso, possui um padrão histórico próprio, que lhe impõe conquistar a supremacia política para, depois, de fato começar. Ou seja, ela começa por cima, quando outras revoluções começaram por baixo, como as burguesas, cavando sapas na base do poder então vigente. Contudo, uma classe, especialmente a proletária, não pode erguer-se num dia ou numa noite, de classe dominada para dominante. Se isso fosse possível, ocorreriam tantas revoluções quantos são os dias do ano. Na verdade, as revoluções só tem ocorrido em situações específicas, que Lênin chamava "situações revolucionárias" (capítulo III, adiante), cuja nota principal é a completa mudança na relação entre dominantes e dominados, que é posta em questão por estes últimos. Ora, o aproveitamento das condições objetivas que tipificam uma situação revolucionária deverá implicar numa etapa prévia à tomada do aparelho de Estado, que a literatura marxista denomina "dualidade de poderes", e Trotsky caracteriza com precisão:

"O mecanismo político da revolução consiste na transferência do poder de uma classe para a outra. A insurreição, violenta por si mesma, realiza-se habitualmente em curto espaço de tempo. Nenhuma classe historicamente definida pode sair da sua situação subalterna para, numa noite, elevar-se ao poder, mesmo que se tratasse de uma noite de revolução. Seria necessário que ocupasse desde a véspera uma situação de extraordinária independência em relação à classe dominante; ainda mais: seria necessário que nela se concentrassem as esperanças das classes e das camadas intermediárias, descontentes com o que existe, porém incapazes de desempenhar um papel independente. A preparação histórica da revolução conduz, no período pré-revolucionário, a uma situação na qual

a classe destinada a implantar o novo sistema social, conquanto ainda não dominando o país, concentra, efetivamente, em suas mãos, uma parte importante do poder de Estado, ao passo que o aparelho oficial permanece em poder de seus antigos possuidores. É este o ponto de partida da dualidade de poderes, em qualquer revolução." (7)

A Revolução de Outubro foi antecedida de um longo período de dualidade de poderes, desde a Revolução de Fevereiro, em que, ao lado do Governo Provisório da burguesia (Lvov/Kerensky) formou-se um poder paralelo, do proletariado e do campesinato (Soviete de deputados operários e soldados).

É justamente o mecanismo da dualidade de poderes que vai permitir a rápida substituição do poder vigente por aquele que com ele media forças até o momento da insurreição. E se o poder que entra em cena não estiver em condições de, efetivamente, ocupar o lugar do que saiu, certamente será batido pela contra-revolução.

Tão importante é essa questão, que Marx e Engels, em 1850, na "Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas", se antevendo uma revolução próxima na Alemanha, encabeçada pela burguesia, recomendavam aos operários que, durante a luta e imediatamente depois dela,

"Ao lado dos novos governos oficiais, os operários revolucionários deverão constituir imediatamente governos operários revolucionários, seja na forma de comitês ou de conselhos municipais, seja na forma de clubes operários ou de comitês operários, de tal modo que os governos democrático-burgueses não só percam imediatamente o apoio dos operários, mas também se vejam desde o primeiro momento fiscalizados e ameaçados por autoridades atrás das quais se encontre a massa inteira dos operários." (8)

"... os operários devem procurar organizar-se independentemente, como guarda proletária, com chefes e um estado-maior eleitos por eles próprios,

e pôr-se às ordens, não do governo, mas dos conselhos municipais revolucionários criados pelos mesmos operários. Onde os operários trabalharem em empresas do Estado, deverão promover seu armamento e organização em corpos especiais com comandos eleitos por eles mesmos, ou como unidades que participem da guarda proletária." (9)

Na verdade, é esse contra-poder revolucionário, que por certo espaço de tempo conviverá com o poder oficial, que atrairá para o seu lado toda a massa oscilante que normalmente se coloca à cauda do poder vigente, como a pequena-burguesia e o campesinato, e tornará possível, assim, a revolução. É a energia e resolução desse contra-poder que dará a expectativa concreta às massas oscilantes de que a revolução triunfará. Caso não houvesse semelhante contra-poder, o aparelho de Estado oficial manteria, pela dominação ideológica e repressiva, todos esses elementos, que se aliam ao proletariado, nos limites da ordem. A revolução seria, então, impossível, pois a revolução proletária deve, necessariamente, ser feita pela maioria, e é certo que na maioria dos países, como foi o caso da Rússia em 1917, e é o do Brasil ainda hoje, o proletariado não constitui a maior parte das massas exploradas e oprimidas.

Deve agora colocar-se a questão das tarefas da revolução frente ao Estado burguês. Marx e Engels não estabeleceram, com precisão, essas tarefas, ao escreverem o Manifesto, em 1847/1848, justamente porque, até aí, as experiências revolucionárias ocorridas não permitiam induzir, com segurança, os princípios que regem a "praxis" da revolução proletária. Por isso mesmo, nessa ocasião apenas traçaram as etapas necessárias, a serem percorridas pela classe revolucionária.

Assim é que a primeira fase da revolução seria o advento do proletariado como classe dominante, a derrubada da supremacia política da burguesia. A segunda fase -- na realidade

a revolução propriamente dita -- implicaria na centralização dos instrumentos de produção nas mãos do proletariado e no desenvolvimento pleno das forças produtivas(10). O incremento das forças produtivas a um grau extremo é que viabilizaria, na verdade, a passagem para uma estrutura social sem classes.

A idéia de o proletariado erguer-se como classe dominante acarreta, do ponto de vista, prático, a ditadura de classe, sobre que se discorreu atrás. Aparece aqui pela primeira vez o caráter próprio das revoluções proletárias: só depois de ter alcançado a supremacia política, de organizar-se como Estado, é que começa o proletariado a alterar a ordem burguesa, ou, como sintetiza Florestan Fernandes,

"Só 'depois de conquistar o poder' teria o proletariado probabilidades de alterar sua relação com a sociedade capitalista e de usar o poder político para levar até o fim a destruição da ordem existente ou de encetar a fundo a construção de uma nova ordem social."(11)

Essa formulação de Marx e Engels evidencia o caráter dialético de sua teoria revolucionária e mais uma vez torna infundada a crítica que lhes imputa um "determinismo econômico". Na revolução proletária é o político que vai determinar o econômico, num primeiro momento. Depois, o econômico (desenvolvimento pleno das forças produtivas) passará a agir sobre o político, acarretando, afinal, a extinção gradativa do Estado.

Como se vê, as tarefas da revolução foram, no "Manifesto" de 1847/1848, apenas esboçadas, não se atrevendo os autores a estabelecer regras detalhadas sobre essas tarefas, à semelhança dos utopistas, que retiravam de sua cabeça as soluções acabadas e pormenorizadas para todos os problemas sociais. Deviam aguardar que a própria experiência histórica fornecesse as soluções necessárias. Porque, bem consideradas as coisas, o pro-

letariado só aprende e se fortalece na luta de classes, que tem o condão de transformar as derrotas passadas na vitória próxima. Eis a razão pela qual Marx e Engels priorizaram sempre o estudo dos acontecimentos políticos e do processo de luta de classes, procurando retirar deles as lições teóricas que o proletariado converterá, na ação, em armas tão poderosas quanto quaisquer outras: "...a força material não pode ser abatida se não pela força material, mas a teoria, desde que ela se apodere das massas, também se torna uma força material." (12).

Ora, o primeiro confronto entre o proletariado e a burguesia, em que o proletariado ergueu interesses e objetivos próprios, deu-se em 1871, quando os operários de Paris se levantaram, na chamada Comuna de Paris, contra a burguesia francesa. Até então, em todas as lutas que travara, o proletariado ia sempre à cauda da burguesia, não erguia seus próprios objetivos, mas ajudava a burguesia a levantar a sua bandeira contra as instituições feudais:

"Durante essa fase (= classe em si), os proletários não combatem ainda seus próprios inimigos, mas os inimigos de seus inimigos, isto é, os restos da monarquia absoluta, os proprietários territoriais, os burgueses não industriais, os pequenos burgueses." (13).

Apesar de a maioria dos membros do Conselho Geral da Comuna de Paris, seu órgão dirigente, filiar-se às concepções de Blanqui e Proudhon, concepções estreitas de socialismo, o direcionamento da Comuna, no geral, foi francamente proletário e as medidas que implementou foram revolucionárias. Por mais paradoxal que pareça, essa é a lógica da história, cujo curso obedece não a estas ou aquelas idéias preconcebidas, mas à própria ação dos homens. Marx já descobrira esse fenômeno em 1851, quando, em "As lutas de classes na França de 1848 a 1850", escreveu:

"Desde que uma classe que concentre os interesses revolucionários da sociedade se levante, encontra imediatamente em sua própria situação o conteúdo e o material para a sua atuação revolucionária: abater os inimigos, tomar as medidas impostas pelas necessidades da luta. As consequências de seus próprios atos a empurram para a frente. Não se entrega a nenhuma investigação teórica sobre sua própria missão." (14)

Ao analisar a experiência da Comuna de Paris de 1871, Engels aponta que ela buscou inverter o deturpado papel de autonomia e superioridade que o Estado, ao longo da história, assumiu relativamente à sociedade civil. Eis:

"A Comuna teve de reconhecer (grifou-se), desde o primeiro momento, que a classe operária ao chegar ao poder não pode continuar governando com a velha máquina do Estado; que para não perder de novo a sua dominação recém-conquistada, a classe operária deve, de um lado, abandonar toda a velha máquina repressiva até então utilizada contra ela e, de outro, prevenir-se contra seus próprios mandatários e funcionários, declarando-os demissíveis a qualquer tempo e sem exceção. Em que consistiria a particularidade característica do Estado até então? Originariamente, por meio da simples divisão do trabalho, a sociedade criou os órgãos especiais destinados a defender os seus interesses comuns. Mas, com o tempo, esses órgãos, a cuja frente figurava o poder estatal, converteram-se, à medida que defendiam os seus próprios interesses específicos, de servidores da sociedade em seus senhores(...) Contra essa transformação do Estado e dos órgãos estatais de servidores da sociedade em seus senhores, inevitável em todos os Estados anteriores, empregou a Comuna dois remédios infalíveis. Em primeiro lugar, preencheu todos os cargos administrativos, judiciais e de magistério através de eleições, mediante o sufrágio universal, concedendo aos eleitores o direito de revogar a qualquer momento o mandato concedido. Em segundo lugar, todos os funcionários, graduados ou modestos, eram retribuídos como os demais trabalhadores. O salário mais alto pago pela Comuna era de 6 mil francos. Punha-se desse modo uma

barreira eficaz ao arrivismo e à caça aos altos empregos, e isso sem falar nos mandatos imperativos dos delegados aos corpos representativos, que a Comuna igualmente introduziu." (15)

Primeiramente, do que foi exposto atrás por Engels, a experiência dos "communards" franceses veio demonstrar que, diferentemente das revoluções burguesas, as quais se limitaram a tomar a máquina de Estado existente, aperfeiçoando-a e utilizando-a para seus próprios fins, a revolução proletária deve dismantelar, ou destruir o aparelho de Estado burguês, substituindo-o por um Estado proletário, que pouca semelhança terá com o Estado burguês. Marx já verificara a atitude própria das revoluções burguesas frente ao Estado em 1851, em "O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte", assentando que "todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destroçá-la" (16).

A originalidade da Comuna consistiu em demonstrar a necessidade de as revoluções proletárias irem além do que foi a burguesia com relação ao Estado: "... a classe operária", diz Marx reportando-se à Comuna, "não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins." (17)

De tal sorte, a máquina de Estado burguês deveria ser substituída, mas substituída por algo não só quantitativa, senão também qualitativamente diferente. Do ponto de vista quantitativo, as principais funções do Estado burguês seriam absorvidas pela massa proletária, com o que a máquina estatal ficaria grandemente "enxugada": o primeiro decreto da Comuna de Paris foi a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado. E, do ponto de vista qualitativo, o Estado proletário, substituto do burguês, seria um Estado da maioria para reprimir a minoria (=burguesia), de modo que já não se pode falar, em rigor de termos, de "Estado", pois o conceito deste, historicamente fixado, é de ser um instrumento de re-

pressão da maioria da sociedade por uma minoria. Lênin explorou esse ponto adequadamente:

"... A Comuna substituiu a máquina de Estado quebrada 'apenas' por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente, plena elegibilidade e amovibilidade de todos os funcionários públicos. Mas na realidade este 'apenas' significa a substituição gigantesca de umas instituições por instituições de tipo fundamentalmente diferente. Aqui observa-se exatamente um dos casos de 'transformação da quantidade em qualidade': a democracia, realizada de modo tão completo e conseqüente quanto é concebível, converte-se de democracia burguesa, em proletária, de Estado (= força especial para a repressão de uma classe determinada) em qualquer coisa que já não é, para falar propriamente, Estado." (18)

Da citação de Engels sobre o perfil da Comuna, depreende-se um ponto da maior importância: o Estado proletário, ou ditadura do proletariado deve prevenir-se contra os seus próprios mandatários e funcionários, tornando-os demissíveis a qualquer tempo e sem exceção. É que, tratando-se não de um Estado como o burguês, cuja finalidade é manter a ordem vigente, mas de um Estado cujo objetivo é reprimir a reação e garantir a mudança da ordem vigente, bem como a sua superação, sem solução de continuidade, até chegar a um ponto em que não haverá mais classes e o próprio Estado, por inútil, ter-se-á extinguido; tratando-se, pois, de um Estado revolucionário, e não conservador, todos os seus membros e funcionários devem estar ajustados aos fins da revolução, e os que, a qualquer tempo, já não estiverem no mesmo compasso da revolução, devem obrigatoriamente ser afastados.

A Revolução Soviética é a primeira experiência revolucionária em que as tarefas do proletariado frente ao Estado burguês foram executadas até o fim. Lênin descreve:

"... na Rússia quebramos completamente o aparelho burocrático, não deixamos dele pedra sobre pedra, afastamos todos os velhos juizes, dissolvemos o parlamento burguês e demos precisamente aos operários e aos camponeses uma representação 'muito mais acessível', 'os seus' Sovietes substituíram os funcionários, os 'seus' Sovietes tornaram eletivos os juizes. Este simples fato basta para que todas as classes oprimidas reconheçam que o Poder Soviético, isto é, esta forma de ditadura do proletariado, é um milhão de vezes mais democrática que a mais democrática república burguesa." (19)

A conclusão de Lênin, de que a ditadura do proletariado é um milhão de vezes mais democrática do que qualquer república burguesa, aponta o seguinte paradoxo: as palavras de ordem das revoluções burguesas, que elas não executaram, nem podem executar, são implementadas facilmente pelas revoluções proletárias. Exemplo disso é a palavra de ordem da "democracia". Na república burguesa, há democracia para a minoria, isto é, a burguesia, e ditadura para a maioria. Na ditadura do proletariado há ditadura para a classe minoritária, a burguesia, e democracia para a maioria, isto é, as massas proletárias. Em conclusão, é a revolução proletária que chega muito, muito mais perto da democracia que os Estados (burgueses) ditos "democráticos". Outro exemplo é dado por Marx, que refere que a Comuna, revolução proletária, é que finalmente conseguiu transformar em realidade essa palavra de ordem de todas as revoluções burguesas, jamais concretizada: a palavra de ordem de um "governo barato". Fê-lo com suprimir os dois grandes fatores de gastos: o exército permanente e os privilégios da burocracia do Estado (20). Percebe-se hoje ainda, cento e dezessete anos depois, e com maior razão, que o "governo barato", perseguido tão intensa quanto inutilmente pelos governantes burgueses, só pode ser atingido mediante uma revolução que elimine esses próprios representantes burgueses e a classe que representam.

As várias tarefas executadas pela Comuna de Paris para "demolir" o aparelho de Estado burguês e substituí-lo por uma ditadura do proletariado, examinadas isoladamente, fazem escapar ao observador a percepção do fio condutor de todas essas tarefas, percepção que, possivelmente, escapou aos próprios "communards", sendo certo, como diz Marx, que a classe revolucionária "não se entrega a nenhuma investigação teórica sobre sua própria missão".

É possível perceber que a Comuna, por instinto revolucionário atacou, de alto a baixo, o princípio da divisão do trabalho social, na verdade a raiz da divisão da sociedade em classes e de todos os males que daí advêm. Primeiro, suprimiu o exército permanente, destacado da população, substituído pelo povo armado. Foi cortada cerce a primeira grande divisão do trabalho social, que separa o Estado da organização gentílica. Em segundo lugar, ao tornar todos os funcionários amovíveis e demissíveis, e ainda elegíveis, bem como estipulando-lhes salário idêntico ao dos operários, se não eliminou a própria divisão do trabalho social entre funcionários/operários, quando menos cortou-lhe os efeitos mais imediatos e nocivos. Em terceiro lugar, a Comuna estabeleceu que ela própria devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo (21). Aqui, além de ser suprimida a excrescência da divisão entre as funções legislativa/executiva, eliminava-se a dicotomia entre representantes/representados, pois aqueles, além de responsáveis e de terem os seus mandatos revogáveis, eram operários como os que representavam.

A teorização dos detalhes da revolução não é, porém, tão importante quanto se possa pensar, pois o próprio curso do processo revolucionário desvenda as soluções para os problemas imediatos. Por isso, no próximo capítulo trataremos de ques-

tões que dizem respeito ao processo concreto da revolução, e como a experiência histórica tem apresentado esses processos revolucionários.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. MARX, K. "Prefácio à 'Contribuição à Crítica da Economia Política'". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1, p. 302.
2. MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1,p.28.
3. ENGELS, F. "Introdução 'À Guerra Civil na França', de Karl Marx". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.2, p. 51.
4. MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1,p.37.
5. FERNANDES, Florestan. "Introdução". In: LENIN, V. I. Política, org. Florestan Fernandes. Trad. de Carlos Rizzi. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1978. p. 17.
6. LÉNINE, V. I. "Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática". In: Obras escolhidas. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1986. v. 1, pp. 465/467.
7. TROTSKY, Leon. A História da Revolução russa. Trad. de E. Huggins. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. v.1,pp.184/185.
8. MARX, K. e ENGELS, F. "Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1, p.88.
9. MARX, K. e ENGELS, F. Idem, p. 89.
10. MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1,p. 37.
11. FERNANDES, Florestan. O que é revolução. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 39.
12. Trata-se de uma passagem de "Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel", de Karl Marx, citada em MARX, K. e ENGELS, F. História, org. por Florestan Fernandes. Trad. de Florestan Fernandes e outros. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1984.p. 19.
13. MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1, p. 28.
14. MARX, K. "As lutas de classes na França de 1848 a 1850". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1, p. 119.

15. ENGELS, F. "Introdução 'À Guerra Civil na França', de Karl Marx". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.2, pp. 50/51.
16. MARX, K. "O 18 Brumário de Luís Bonaparte". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 1, p. 276.
17. MARX, K. "A Guerra Civil na França". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.2, p. 78
18. LÉNINE, V. I. "O Estado e a Revolução". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. v. 2, p. 250.
19. LÉNINE, V. I. "A revolução proletária e o renegado Kautsky". In: Obras escolhidas. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1986. v. 3, p. 19.
20. MARX, K. "A Guerra Civil na França". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 2, p. 83.
21. MARX, K. Idem, p. 81.

III. O PROCESSO DA REVOLUÇÃO

Quais as condições que permitem que ocorra uma revolução? Quais as etapas do processo revolucionário? Por que as revoluções socialistas que têm ocorrido não se deram em países industrial e tecnologicamente avançados?

As questões acima postas permitem a discussão sobre o processo revolucionário, qual a sua lógica, se é que a possui, e a validade das idéias de Marx, Engels e Lênin sobre a revolução, à luz das experiências concretas ocorridas na história.

A. S. Cohan sintetiza algumas destas questões assim:

"... a identificação do ponto em que uma sociedade está 'pronta' para a revolução constitui questão que tem ocupado os marxistas desde que o próprio Marx escrevia. Defrontamo-nos com um difícil problema quando refletimos sobre quais países passaram por revoluções conduzidas por comunistas, pois não são nas sociedades tecnológica e economicamente avançadas que têm ocorrido." (1)

É bem verdade que, no prefácio que escreveu a sua "Contribuição à Crítica da Economia Política", Marx, ao inventariar os resultados de seus estudos econômicos, refira, significativamente que

"Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio

da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência." (2)

Uma leitura superficial dessa passagem poderia levar à conclusão de que a revolução socialista só poderia ocorrer no momento em que a sociedade capitalista tivesse atingido seu pleno desenvolvimento e que, portanto, devia ocorrer forçosamente nos países que já atingiram a maturidade das forças produtivas no âmbito da economia capitalista. Esta interpretação é aliás corrente.

A proposição de Marx, contudo, não se enquadra numa moldura tão estreita, e é correta tanto para a época em que escreveu como para a atual fase do capitalismo. Trata-se, na verdade, do enunciado de uma lei histórica comprovada e comprovável empiricamente.

Com efeito, o modo de produção capitalista só surgiu quando o feudal se esgotara, quando as forças produtivas já não cabiam mais nas estreitas relações de produção feudais, forçando a solução da contradição. Assim também o modo de produção socialista só aparecerá quando o modo capitalista de produção estiver maduro. Isso não exclui a hipótese, aliás a autoriza, de poder ser feita uma revolução socialista num país cuja economia não atingiu a maturidade ainda, justamente para operar o desenvolvimento econômico capitalista sob a ótica do socialismo.

Exemplo típico é a revolução russa de Outubro. Como a revolução que a precedeu, a de Fevereiro, de caráter democrático-burguês, não conseguiu realizar as tarefas próprias a uma revolução democrática, foi literalmente atropelada pela de Outubro, de caráter socialista, a qual teve, primeiro, de executar, sob o comando de uma ditadura do proletariado, as tarefas não executadas pela sua antecessora, para, em seguida, sem solução de continuidade, passar às tarefas de cunho socialista. No artigo "Para o Quarto Aniversário da Revolução de Outubro", Lênin

descreve a experiência:

"Os quatro últimos anos confirmaram plenamente a justeza da nossa interpretação do marxismo sobre este ponto, do nosso modo de aproveitar a experiência das revoluções anteriores. Levamos, como ninguém, a revolução democrático-burguesa 'até ao fim'. É de modo perfeitamente consciente, firme e inflexível que avançamos para a revolução socialista, sabendo que ela não está separada da revolução democrático-burguesa por uma muralha da China..." (3)

"...não souberam compreender 'esta' correlação entre a revolução democrático-burguesa e a revolução proletária socialista. A primeira transforma-se na segunda. A segunda resolve de passagem os problemas da primeira. A segunda consolida a obra da primeira. A luta, e só a luta, determina até que ponto a segunda consegue ultrapassar a primeira." (4)

Convém recordar que o processo próprio das revoluções burguesas implica em que a revolução econômica antecede a política, do que é exemplo típico a grande Revolução Francesa. Já as revoluções socialistas que até hoje ocorreram tiveram, por imposição do seu próprio processo, de começar pelo político para depois revolucionar o econômico. Como quer que seja, as condições objetivas para a passagem para o novo modo econômico de produção coincidem em um e outro caso: pleno desenvolvimento das forças produtivas, cujo amadurecimento engendra o novo modo de produção.

A crítica à teoria da revolução de Marx, fundada no argumento de que as revoluções socialistas ocorreram justamente nos países menos desenvolvidos do ponto de vista capitalista, não leva em conta o padrão próprio das revoluções socialistas, e, ademais, refere-se a um contexto em que o capital ainda não se internacionalizara, ou seja, refere-se à fase pré-imperialista do capitalismo. Nesta fase, que foi a em que viveu Marx, as contradições mais agudas entre as relações de produção e as forças produtivas se davam nos países avançados -- Inglaterra,

França, depois Alemanha. A exportação de capitais para países subdesenvolvidos e colônias, que marcou, em fins do século XIX, o início da fase imperialista do capitalismo, serviu como válvula de segurança para a pressão interna causada pelas condições do modo de produção capitalista nos países avançados. Ao mesmo tempo que o quadro internacionalizado do capital atenuava nesses países a contradição mais imediata e explosiva da sociedade burguesa -- a que existe entre burguesia e proletariado, pelo aburguesamento do movimento operário, como atrás se viu (5), agudizava as contradições no seio dos países dependentes e colônias, por isso que implantava neles, de fora e de chofre, não o capitalismo em sua fase inicial, mas o capitalismo já maduro, o capitalismo monopolista, preche de todos os seus elementos antitéticos. Exemplificativamente, a cidade de Petrogrado (hoje Leningrado), plantada num país ainda dominado pela servidão, concentrava, em 1917, cerca de 400.000 operários, nas fábricas e usinas, possuindo uma destas últimas 40.000 operários (6). Assim é que a Rússia tsarista, em 1917, apesar de não haver feito ainda sua revolução democrático-burguesa, cujas tentativas aliás fracassaram (= revoluções de 1905 e de fevereiro de 1917), estava, paradoxalmente, na última fase do capitalismo, malgrado vigorassem no campo relações feudais. Trotski, em "A História da Revolução Russa", analisa adequadamente esse fenômeno, que não é um aborto do processo histórico, mas seu efeito natural:

"A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do 'processus' histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada chamaremos de 'lei do desenvolvimento combinado', que significa a aproximação das diversas etapas, combinação das

fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha." (7)

"O capitalismo russo não se desenvolveu a partir do artesanato, para passar da manufatura à fábrica: e foi por isso que o capital europeu, inicialmente sob a forma de capital comercial, depois sob a forma de capital financiador e industrial, caiu sobre nós num período em que o artesanato russo, em seu conjunto, ainda não se havia divorciado da agricultura. Daí surgiu, entre nós, uma indústria capitalista bastante moderna, no ambiente de uma economia absolutamente primitiva (...). Daí o papel imenso desempenhado pelo capital da Europa Ocidental na economia russa (...). Daí a facilidade com que destruimos a nossa burguesia." (8)

A fase monopolista ou imperialista do modo capitalista de produção apenas transfere para a periferia do capitalismo o núcleo das contradições, tornando aí mais propícias as revoluções socialistas, conforme observou Florestan Fernandes:

"Estamos na época das revoluções proletárias e pouco importa que elas só tenham aparecido nos 'elos débeis' do capitalismo. O que se configurava como um processo que iria dos países centrais para a periferia, de fato caminhará da periferia para o centro!" (9)

Isso não infirma a enunciação de Marx, atrás referida (10), uma vez que ela se refere à revolução num sentido total, incluindo o político, o social e o econômico, isto é, refere-se à passagem de uma "formação social" para outra, e não apenas à revolução política, como interpreta a crítica. Tanto isso é verdadeiro que, já em 1882, no prefácio à edição russa do "Manifesto do Partido Comunista", Marx e Engels prognosticaram a viabilidade de uma revolução socialista na Rússia, país extremamente atrasado do ponto de vista capitalista, desde que a revolução russa desse o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, e ambas se completassem. Nesse prefácio, Marx e Engels

privilegiam o fato de estar a Rússia, politicamente, na vanguarda do movimento revolucionário da Europa, salientando que se uma revolução proletária no Ocidente viesse ao encontro da revolução russa, não seria necessário à Rússia, em que mais da metade da terra era propriedade comum dos camponeses, passar pelo mesmo processo de dissolução das formas de propriedade no campo, que constituiu o desenvolvimento histórico do Ocidente, podendo passar diretamente à forma socialista de propriedade da terra (11).

No prefácio de 1892 à edição inglesa de sua obra "Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico", Engels prediz uma revolução proletária na Alemanha, uma vez que ali, como na França, o movimento operário levava uma boa dianteira em relação à Inglaterra, país no qual, paradoxalmente, as forças produtivas haviam atingido o mais elevado grau de desenvolvimento no mundo. Mas acrescentava que o triunfo da classe operária só poderia ser assegurado mediante a cooperação, pelo menos, da Inglaterra e da França (12).

Dessas reflexões de Marx e Engels sobre as possibilidades revolucionárias da Rússia, em 1882 e da Alemanha, em 1892, é lícito concluir que a revolução não é um momento, mas um processo que culminaria com a substituição de um modo de produção por outro. Por isso mesmo, a deflagração do processo revolucionário poderia, naquelas épocas enfocadas, dar-se já na Rússia ou na Alemanha, porém a passagem para um novo modo de produção deveria ter o concurso da "revolução no Ocidente", num caso, ou da "Inglaterra e França", no outro caso.

A idêntica conclusão chegou Trotsky, com relação à revolução russa de Outubro:

"As condições para o advento de uma ditadura do proletariado e aquelas necessárias à criação de uma sociedade socialista não são idênticas, sim de natureza diversa, e em certos

aspectos, até mesmo antagônicas. O fato de que o proletariado russo alcançou primeiro o poder não implica de nenhum modo que atingirá também em primeiro lugar o socialismo" (13).

Lênin, em 1918, distinguindo as diversas etapas do processo revolucionário, apontava como mais difícil não a passagem do poder de uma para outra classe, mas a transposição do modo de produção capitalista para o socialista:

"Para um país subdesenvolvido que é forçado, como consequência dos vaivéns da história, a encetar a revolução socialista, o mais difícil deverá ser a passagem do plano das velhas relações capitalistas para as de natureza socialista" (14).

Estas colocações sobre a necessidade da solidariedade revolucionária pelos países mais avançados do Ocidente não se confirmaram, na medida em que as revoluções socialistas se sucedem, desde a Russa, na periferia. Mas as reflexões de Marx, Engels e Lênin não ficam invalidadas por isso, seja porque se referiam a épocas determinadas, seja porque pressupunham uma certa correlação de forças no plano mundial, desfavorecida pela contra-revolução. Assim é que, embora a Revolução Russa não se visse acompanhada por nenhuma outra, no Ocidente, que a transformasse numa revolução mundial, uma série de concausas favoráveis impediram que o cerco capitalista mundial se fechasse sobre a Revolução de Outubro, incluindo-se aí desde os efeitos da guerra sobre as economias capitalistas desenvolvidas até a revolução alemã de 1918. A Revolução Russa venceu. Mas a transição para um regime socialista viria a ser, como ainda hoje o é, bem mais penosa do que se a revolução se desse contando, na retaguarda, com outras revoluções nos países capitalistas avançados.

Como processo que é, a transição para o socialismo

não possui cronograma, nem está isenta de paradas e recuos, como o capitalismo de Estado. Isso Lênin o constatou no quarto aniversário da Revolução de Outubro:

"... supúnhamos, sem ter calculado o suficiente, que com imposições diretas do Estado proletário poderíamos organizar de maneira comunista, num país de pequenos camponeses, a produção estatal e a distribuição estatal dos produtos. A vida mostrou o nosso erro. Foram necessárias diversas etapas transitórias, o capitalismo de Estado e o socialismo, para preparar -- preparar com o trabalho de longos anos -- a 'passagem' ao comunismo" (15).

Essa passagem pelo capitalismo de Estado, para depois avançar ao socialismo, que então conduzirá ao comunismo, embora tenha ocorrido concretamente no curso da revolução russa, como imposição tática, já fora vislumbrada por Marx e Engels em 1847/1848, no "Manifesto do Partido Comunista". Ali, dizem que o proletariado, ao erguer-se como classe dominante, devia utilizar

"... sua supremacia política para arrancar pouco a pouco (o grifo é nosso) todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas" (16).

E, dentro desse contexto, propõem Marx e Engels, para os países mais adiantados, nos quais o proletariado tiver ascendido ao poder, algumas medidas que "poderão ser geralmente postas em prática" (17), cujo conjunto, porém, não implicaria a imediata e total eliminação do capitalismo. Em vez de proporem a pura e simples abolição do capitalismo por decreto, sugerem, ao invés, que a propriedade latifundiária seja expropriada, centralizados nas mãos do Estado todo o crédito e meios de transporte, multiplicados os meios de produção e fábricas per-

tencentess ao Estado, além de outras medidas de transição. De modo algum sugerem que toda a burguesia seja, de chofre, expropriada. Eis aí devidamente colocado que o parto da sociedade socialista, bem mais penoso e demorado que o da capitalista, deve passar pelo capitalismo de Estado. O contrário seria a instituição do socialismo por decreto, ilusão que, segundo Marx, não é própria à classe trabalhadora: "os operários não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir 'par décret du peuple'" (18).

Vistas, à luz dos autores em discussão, as razões pelas quais as revoluções socialistas se dão, no estágio atual do capitalismo, nos países periféricos, cabe agora ver a também levantada questão das etapas inerentes ao processo revolucionário.

Alguns intérpretes (19), a partir do conteúdo do "Prefácio à 'Contribuição à Crítica da Economia Política'"(20), inferiram que a revolução, do ponto de vista do marxismo, processar-se-ia por estágios necessários, de modo que a revolução só ocorreria quando está esgotado um modo de produção. Assim como o estágio capitalista se seguiu ao feudal, também necessariamente o estágio socialista se seguiria ao capitalista, quando este tivesse atingido o seu apogeu. Por idêntica razão, a revolução democrático-burguesa seria um pressuposto necessário para a revolução proletária.

Já se viu acima (21) que este tipo de interpretação peca por assistemática, por não se ater ao conjunto das obras de Marx e Engels, sendo certo que tanto um como outro, em vários escritos, prognosticaram revoluções proletárias em países atrasados, sem que precisassem passar pelo prévio estágio da revolução democrático-burguesa.

A despeito de a contra-argumentação acima lançada

encontrar respaldo em vários escritos de Marx e Engels, não é lícito excluir, aprioristicamente, a questão das etapas da revolução, por isso que, sendo ela um processo histórico, tem, como qualquer processo, sua lógica e leis internas, as quais Marx, Engels e Lênin procuraram, com suas obras, embora fragmentariamente, como resposta a fatos recém ocorridos ou por ocorrer, procuraram eles estudar e resolver.

Tracemos, para fixar a questão, um resumo geral das etapas necessárias do processo revolucionário. Com efeito, o processo revolucionário iniciar-se-ia, efetivamente, quando o proletariado, que já existe como classe (= classe "em si", como o conjunto dos indivíduos que ocupam a mesma posição na produção, por oposição à "classe dos capitalistas"), se constitui como classe "para si", isto é, organizou-se em partido político (22). A partir daí se inicia o confronto entre a burguesia e o proletariado, confronto esse que levaria à revolução democrática (se esta não precedeu a constituição do proletariado em classe, bem entendido), depois à revolução socialista; esta passaria talvez por um capitalismo de Estado, chegando ao socialismo que, afinal, daria no comunismo.

Para debater essa questão o instrumental mais adequado é a obra de Lênin, que acompanha todo o processo concreto da revolução russa, desde o período em que o proletariado russo lutava para constituir-se em partido político independente, até o período de construção da sociedade socialista.

Como Lênin começou sua atuação revolucionária numa fase em que o proletariado russo era ainda apenas classe "em si", não se constituíra em partido político, preocupou-se ele desde a última década do século passado com a instauração do processo histórico que levaria o proletariado ao poder, e com o seu encaminhamento para as etapas subseqüentes. Por isso seus

escritos, quase sempre de caráter prático, objetivavam apontar como consolidar as posições conquistadas e indicar como passar à etapa subsequente. Aliás, num texto de 1918, Lênin prescreve a conduta do revolucionário, atendendo a esta ordem de idéias:

"Não basta ser revolucionário e partidário do socialismo, ou comunista em geral. É necessário saber encontrar em cada momento particular o elo particular da cadeia a que temos de nos agarrar com todas as forças para reter toda a cadeia e preparar solidamente a passagem para o elo seguinte; a ordem dos elos, a sua forma, o seu encaideamento, a diferença entre uns e outros na cadeia histórica dos acontecimentos não são tão simples nem tão rudimentares como uma cadeia vulgar feita pelo ferreiro" (23).

Em "Que fazer?", obra de 1901/1902, Lênin trata da questão da constituição do proletariado como partido político independente (= classe para si). Defende uma organização de revolucionários, constituída diferentemente da organização dos operários para a luta econômica. Essa organização deveria ser formada, fundamentalmente, por homens entregues profissionalmente às atividades revolucionárias (24). Sintetiza a relação entre partido e revolução na fórmula que assim enuncia: "...parafraseando a velha máxima, se poderia dizer: Dai-nos uma organização de revolucionários e revolucionaremos a Rússia!" (25)

O tratamento dado por Lênin à questão do partido influirá decisivamente nas subseqüentes etapas do processo revolucionário, na medida em que permitirá, se não queimá-las, ao menos acelerá-las e até invertê-las. Caberia ao partido maximizar a luta de classes, utilizando todas as oportunidades oferecidas pela conjuntura para fomentar o processo revolucionário. Florestan Fernandes faz o seguinte comentário sobre a atividade revolucionária do modelo leninista de partido:

"A idéia básica consistiria em que a revolução não nasce pronta e acabada -- o partido revolucionário do proletariado deveria travar suas batalhas, clandestina ou abertamente, tendo em vista as combinações que poderiam favorecer, em determinado momento, ou o fortalecimento da democracia burguesa, ou o deslocamento desta no sentido de uma democracia operária, ou a tomada pura e simples do poder" (26).

No modelo leninista de partido está embutida a idéia de que o proletariado deveria estar à frente de todos os movimentos sociais. Não se trata de uma formulação original, por isso que Marx e Engels, no "Manifesto", já haviam asseverado que os comunistas constituíam a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais (27).

A originalidade de Lênin reside no fato de que formulou proposições concretas, aplicáveis a determinados momentos históricos, estabelecendo o princípio da vanguarda comunista do movimento revolucionário. Assim é que, em 1905, sustentou que ao proletariado caberia conduzir e implementar a revolução democrático-burguesa, apontando-a para o socialismo, ante a impotência da burguesia russa para levar a sua própria revolução até ao fim.

Do mesmo modo, Lênin tem o mérito de haver demonstrado, com sucesso, que a tática revolucionária deve ser elaborada a partir da situação concreta, dos fatos, e não baseada em conjeturas: "É preciso estudar a prática. (...) A prática é cem vezes mais importante que não importa que teoria", dizia Lênin, prescrevendo que "um marxista deve, para julgar uma situação, fundar-se sobre o real e 'não' sobre o possível" (28).

Por isso, basta acompanhar a evolução do pensamento de Lênin, relativamente à questão tática, no curso do processo revolucionário russo, para penetrar-se na questão das etapas da revolução.

Em 1905, em "Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática", Lênin defende a existência de tarefas democráticas que não se confundiam com as da fase da revolução socialista. Seria a época da revolução democrática -- na Rússia, bem entendido --, cujas tarefas deviam ser executadas por uma "ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato" (29), haja vista que

"... a revolução 'burguesa' é vantajosa no mais alto grau para o proletariado'. A revolução burguesa é 'absolutamente' necessária para os interesses do proletariado. Quanto mais completa e decidida, quanto mais conseqüente for a revolução burguesa, tanto mais garantida estará a luta do proletariado contra a burguesia pelo socialismo" (30).

Nessa época, entendia Lênin haver uma radical separação entre a revolução democrática e a revolução socialista, e que a implementação daquela não desembocaria, necessariamente, nesta, por isso que entre as duas haveria uma série de graus intermediários, ou uma necessária etapa de transição:

"... não será, naturalmente, uma ditadura socialista, mas uma ditadura democrática. Esta ditadura não poderá tocar (sem toda uma série de graus intermédios de desenvolvimento revolucionário) os fundamentos do capitalismo. Poderá, no melhor dos casos, efetuar uma redistribuição radical da propriedade da terra em favor dos camponeses, implantar uma democracia conseqüente indo até à república (...). Semelhante vitória não converterá ainda, de forma alguma, a nossa revolução burguesa em socialista..." (31).

Há uma aparente contradição entre o primeiro argumento apresentado por Lênin -- no sentido de que a revolução proletária é absolutamente necessária para os interesses do proletariado --, e o segundo, que refere que a revolução burguesa não se transforma automaticamente em socialista. Não há, porém, nenhuma contradição real. A revolução burguesa é necessária ao

proletariado para que ele possa ampliar o seu raio de lutas. Mas não menos verdade é que a revolução burguesa fortifica, por si mesma, a burguesia. E, por isso mesmo, dá novo vigor à luta da burguesia pela manutenção do capitalismo e pela manutenção dela mesma como classe dominante. A idêntica conclusão chegou Florestan Fernandes:

"O que fortalece a burguesia e consolida o capitalismo automaticamente torna mais remota e difícil a revolução proletária. Por essa razão, a revolução dentro da ordem (isto é, a revolução burguesa) não é um objetivo intrínseco ao movimento proletário" (32).

Por que, então, propunha Lênin que o proletariado devia impulsionar a revolução burguesa? Pensamos, simplesmente, pelo fato de que a revolução abre o espaço de lutas do proletariado. E é na luta que ele pode acumular as forças necessárias para um embate decisivo com a burguesia pelo poder: "... as forças se acumulam durante a luta, e nunca durante as abstenções passivas" (33). Daí o princípio marxista de que os comunistas devem constituir a vanguarda do movimento revolucionário (34), que Lênin levou às últimas conseqüências na ordem prática, de tal modo que não admitia jamais que o proletariado não estivesse no comando de qualquer movimento contra a ordem (capitalista) existente. Em certa passagem, Lênin enuncia esse princípio: "... Não basta intitular-se 'vanguarda', destacamento avançado: é preciso proceder de modo a que 'todos' os outros destacamentos vejam e sejam obrigados a reconhecer que marchamos à cabeça" (35).

A extrema flexibilidade de Lênin para adequar as palavras de ordem à realidade em transformação fez com que, chegando em Petrogrado em abril de 1917, logo depois da revolução de Fevereiro, cujo desenrolar acompanhava atento, mudasse a orientação anterior, que indicava a revolução democrática como etapa-meio para a revolução socialista. Embora a revolução de Fe-

vereiro engatinhasse, e não tivesse alcançado nenhum objetivo democrático, Lênin a deu por esgotada, conclamando à revolução socialista:

"A peculiaridade do momento atual na Rússia consiste 'na transição' da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia por faltar ao proletariado o grau necessário de consciência e organização, 'para' a sua 'segunda' etapa, que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e das camadas pobres do campesinato" (36).

Na base dessa colocação está a reflexão de que, se a revolução democrática não avança, a revolução socialista deve avançar, sob pena de a conjuntura degenerar num anulamento da luta de classes, que favorece, evidentemente, a ordem vigente. Por outros termos, o confronto cederia lugar a uma situação com todos os contornos de um bonapartismo (37), em que o proletariado perderia a sua iniciativa histórica. Ocorre que no estágio superior do capitalismo (=imperialismo), época das revoluções proletárias e das revoluções burguesas que se atrasaram, a iniciativa do processo, ou cabe ao proletariado, ou não cabe a mais nenhuma classe, pois a burguesia já esgotou no século dezanove o raio de sua atuação revolucionária. E, como a burguesia russa demonstra, à época da revolução de Fevereiro, sua total impotência para conduzir sua própria revolução, de muito atrasada, não restava ao proletariado senão passar-lhe à frente, com a sua revolução mesma.

Embora em 1917 Lênin formalmente ainda se apegasse ao esquema das fases ou etapas do processo revolucionário, tanto que propôs que se passasse da primeira, correspondente à revolução burguesa, para a segunda, pertinente à revolução socialista, já tinha superado a fórmula do ponto de vista prático, pois apontava que a segunda etapa devia ser implementada de i-

mediato, independentemente da total execução da primeira, o que é apenas outra maneira de dizer que não existem "etapas" no processo revolucionário. Em 1921, no quarto aniversário da revolução de Outubro, Lênin reconhece expressamente esse fato, dizendo que a revolução socialista não está separada da revolução democrático-burguesa por uma muralha da China e, mais, que a Revolução de Outubro teve de executar, antes das suas próprias tarefas, as tarefas da revolução democrática que nada fizera (37a).

A explicação para a extrema maleabilidade da revolução russa, que lhe permitiu inverter etapas, fundi-las numa só e, no mais, guiar-se rumo ao socialismo isoladamente no plano mundial, ou seja, seguir, com sucesso, pelo caminho mais tortuoso, na medida em que Marx e Engels preconizavam a revolução solidariada por outras iniciativas revolucionárias, a revolução em cadeia -- a explicação para essa qualidade da revolução russa deve ser buscada, sem dúvida, no modelo leninista de partido, que permite tirar o proveito máximo de todas as conjunturas revolucionárias.

Contudo, essa é apenas uma parte da explicação. Não se pode olvidar que, num contexto capitalista que se expandiu por todo o mundo, e no qual todos os modos de produção inferiores entraram em regime de dissolução automaticamente, um esquema de etapas do processo revolucionário, próprio para o estágio em que o capitalismo era ainda nacionalizado, tinha que ser contestado pela realidade dos fatos. O imperialismo, segundo Lênin a fase superior do capitalismo (38), não apenas exportou as mais agudas contradições do modo capitalista de produção para os países periféricos, dependentes e coloniais, como, principalmente, criou uma contradição insuportável entre os interesses das classes despossuídas desses países e os interesses dos países que dominam o cenário mundial. Nessa contradição, a bur-

guesia, ou outra classe dominante desses países dependentes, alinha-se ao lado do capitalismo internacional. Por isso mesmo, qualquer tentativa de libertação das classes exploradas desses países dependentes só pode ter êxito na medida em que se insurja contra o próprio mecanismo de exploração -- o capitalismo. A Revolução de Fevereiro (na Rússia, 1917) demonstrou-o cabalmente. As massas fizeram a revolução e entregaram o leme do processo revolucionário à burguesia, que devia conduzir a revolução para a frente. No entanto, por estar umbilicalmente ligada às potências econômicas estrangeiras, a burguesia russa não apenas não conduziu a revolução democrática para a frente, como também entrou a recuá-la. A reversão desse quadro estava apenas na revolução socialista, que negaria, a um tempo, o inimigo interno e o externo, a burguesia nacional e a internacional. Eis como a revolução russa de Outubro, se foi um ato de vontade da classe revolucionária, do proletariado russo e seus aliados históricos, foi também, em não menor medida, uma imposição da marcha dos acontecimentos.

Observa-se, pois, pela evolução do pensamento de Lênin no curso do processo revolucionário russo, que na fase atual (imperialista) do capitalismo, a revolução, em vez de passar por etapas, ou negações parciais -- primeiro, contra o explorador de fora, depois, contra o explorador de dentro --, apresenta-se como uma negação à totalidade do sistema capitalista, considerado no seu conjunto, ou seja, representando os interesses das burguesias nacional e internacional. Florestan Fernandes aprofundou o assunto, e conclui:

"A época das revoluções burguesas já passou (...) Estamos na época das revoluções proletárias..." (39).

"Hoje, o desenvolvimento do capitalismo não passa pela revolução nacional. Por uma razão simples: onde a revolução nacional constituir uma necessidade histórica (e ela aparece como tal reiterada-

mente, quase universalmente na periferia), ela terá de opor-se ao capitalismo" (40).

Essa questão das etapas do processo revolucionário e a evolução do pensamento de Lênin sobre o assunto merecem ser examinadas sob outra perspectiva, que demonstrará a validade das formulações de Lênin, desde que tomadas com referência às situações para as quais se dirigiam. Quando Lênin, em 1905, dizia que a revolução burguesa estava separada da socialista, e que a tarefa imediata era aquela, e não esta, apenas se colocou em correspondência com o nível de lutas e a consciência revolucionária do proletariado russo naquela época. Este, de fato, ainda não estava preparado para as tarefas socialistas. A par disso, o campesinato, que constituía a maior parte do povo, não se erguera a um grau de consciência revolucionária que o tornasse aliado do proletariado. O curso dos acontecimentos é que viria a mudar a consciência das classes em luta e, assim, redefinir as tarefas a serem cumpridas. À vanguarda da classe proletária, ao partido do proletariado caberia colocar as tarefas de acordo com a marcha do processo histórico. Com essa postura estaria seguindo essa lei do "processus" da história, que Marx descobriu e enunciara com as seguintes palavras: "... a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar..."(41). Acresce, por outro lado, que as formulações teóricas de Lênin jamais antecipavam o processo, como se este pudesse predeterminar-se de acordo com teorias e idéias. Na verdade, Lênin, assumindo a postura própria aos comunistas (42), apenas descobria ou destacava do próprio processo histórico os seus elementos mais revolucionários, perquirindo os projetos que o processo histórico trazia em seu ventre, e as tarefas que ele mesmo propunha à classe revolucionária, no sentido de resolver as contradições que o traspassavam. Ao investigar a experiência revolucionária na França de 48/50, Marx observou essa relação de dupla mão que existe entre a classe e a sua própria situação:

"Desde que uma classe que concentre os interesses revolucionários da sociedade se levante, encontra imediatamente em sua própria situação o conteúdo e o material para a sua atuação revolucionária: abater os inimigos, tomar as medidas impostas pelas necessidades da luta. As conseqüências de seus próprios atos a empurram para a frente. Não se entrega a nenhuma investigação teórica sobre sua própria missão" (43).

Passemos, agora, à questão inicialmente colocada das condições que permitem o surgimento da revolução. Essa questão foi tratada mais profundamente por Lênin do que por Marx e Engels, e várias razões concorrem para tanto. A principal delas pensamos que reside no modelo leninista de partido e nos objetivos que lhe são inerentes. A preocupação maior de Lênin foi criar um modelo de partido que aproveitasse cada situação, fosse ela de ditadura tsarista, fosse de liberdade de luta de classes, ou mesmo de guerra civil. O partido deveria estar preparado para transformar a concorrência das condições revolucionárias, ou situação revolucionária, em revolução. Daí o privilégio, por parte de Lênin, da relação entre as classes e das condições que caracterizam uma situação revolucionária, em seus estudos e suas obras. Em Marx e Engels a questão recebe tratamento diferente. Neles, o partido não constituiria a vanguarda do proletariado, como em Lênin. Pensamos que, em Marx e Engels o partido não seria propriamente uma "parte", mais avançada, da classe, porém a "fase" em que o proletariado se organizou em classe, atingindo um nível de consciência que o opõe à burguesia. Não haveria um "modelo" de partido propriamente dito, preordenado à revolução. Os partidos operários seriam vários, e em relação a eles os comunistas não constituiriam uma organização partidária separada: seriam, dentro em cada partido operário, de cada país, a sua fração de proa, a mais destacada e resolva (44). É relevante considerar que esse enfoque de Marx e Engels à questão do partido resulta, em grande

medida, do quadro capitalista que o século XIX exibía, quadro no qual as crises revolucionárias se repetiam cíclica e amiudadamente, levando Marx a afirmar, logo após a revolução de 1848, que "não é possível uma nova revolução senão em consequência de uma nova crise. Mas esta é tão certa quanto aquela"(45). Além da abundância de crises, acresce que apenas a partir da Comuna de Paris (1871), quando o proletariado pela primeira vez se ergueu com objetivos próprios de sua classe, começou a burguesia a organizar-se contra-revolucionariamente, a nível mundial, e a usar de forma aberta e em larga escala a violência contra o proletariado. As guerras nacionais passaram a ostentar seu verdadeiro e antes oculto caráter de classe, o que não escapou à observação atenta de Marx:

"...fica provado agora que é ela (a guerra nacional) uma pura mistificação dos governos, destinada a retardar a luta de classes, e da qual se prescinde logo que essa luta eclode sob a forma de guerra civil. A dominação de classe já não pode ser disfarçada sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são 'um só' contra o proletariado!" (46).

Justamente no último quartel do século passado é que o cenário transformou-se radicalmente. Do ponto de vista econômico, as crises se tornaram menos frequentes com o incremento da socialização da produção nos trustes, monopólios e participação direta do Estado na produção, o que atenua, sem tocar na contradição fundamental do modo de produção capitalista, as causas das crises capitalistas: a livre concorrência e a anarquia da produção. E, do ponto de vista político, ou da luta de classes, à opressão econômica e à dominação política a burguesia acrescentou a violência aberta e organizada, implementada pela crescente militarização do Estado burguês.

Diante desse novo quadro, é evidente que a organização do proletariado tinha que aperfeiçoar-se, inclusive pela imo -

sição da própria luta. Agora, fazia-se necessário não apenas aproveitar ao máximo as oportunidades históricas, mas também enfrentar em igualdade de condições o aparato contra-revolucionário da classe dos capitalistas. Nesse novo ambiente é que se desenvolveu o modelo leninista de partido e a preocupação em não apenas aproveitar as situações revolucionárias, senão também em fomentá-las. Rosa Luxemburgo expõe adequadamente esse ponto:

"É evidente que a tática social-democrata (leia-se: tática revolucionária) não consiste em 'esperar' o ponto extremo das contradições capitalistas para que se produza uma mutação revolucionária da situação. Pelo contrário, a essência da tática revolucionária consiste em reconhecer a tendência do desenvolvimento e daí transpor as suas conseqüências últimas para a luta política" (47).

Por isso mesmo, Lênin preocupou-se com o estudo das condições que formam uma situação revolucionária e, mais que isso, com os critérios pelos quais ela pudesse ser cientificamente avaliada e prognosticada, o que exige, segundo ele,

"... em primeiro lugar, que se tenha em conta a experiência dos outros países, particularmente se os outros países, também capitalistas, passaram ou passaram há pouco por uma experiência muito parecida; em segundo lugar, que se tenham em conta 'todas' as forças, grupos, partidos, classes, massas que atuam no interior do país considerado, e que de modo nenhum se defina a política baseando-se unicamente nos desejos e opiniões, no grau de consciência e de preparação para a luta de um único grupo ou partido" (48).

A primeira exigência colocada por Lênin para a verificação empírica da situação revolucionária refere-se à descoberta das leis, ou relações de causa e efeito, que presidiram outras experiências revolucionárias, em países capitalistas, especialmente naqueles cujo desenvolvimento é assemelhado. Já a segunda exigência, aliás de superior importância, é que permite

a aplicação concreta e a operacionalidade das leis gerais induzidas de experiências revolucionárias exibidas pelo processo histórico. As revoluções não podem ser transplantadas. Mas os erros das que não vingaram e mesmo daquelas que tiveram êxito, podem ser evitados. Daí a extrema importância da experiência da Comuna de Paris, primeira revolução genuinamente proletária da história, e das análises políticas que sobre ela fizeram Marx e Engels, para a Revolução de Outubro, primeira experiência socialista exitosa.

Assim, os erros da Comuna, apurados e estudados por Marx, Engels e Lênin, permitiram à Revolução Russa não incorrer em idênticos. Lênin, Engels e Marx apontam alguns desses erros:

"...sob esse nome (Comuna de Paris de 1871) se conhece na história um governo operário que não sabia e não podia distinguir os elementos da revolução democrática e da socialista, que confundia as tarefas da luta pela república com as tarefas da luta pelo socialismo, que não soube cumprir a tarefa de uma ofensiva militar enérgica contra Versalhes, que cometeu o erro de não se apoderar do Banco da França, etc."(49).

"... a Comuna deixou-se consumir na querela estéril dos dois partidos em que se dividia, os blanquistas (maioria) e os proudhonistas (minoria), ambos sem saber o que fazer. O prêmio da vitória de 1871 revelou-se então estéril como o golpe de 1848" (50).

"O mais difícil de compreender é, sem dúvida, o sagrado temor com que aqueles homens se detiveram respeitosamente nos portões do Banco da França. Foi esse, além do mais, um grave erro político. Nas mãos da Comuna, o Banco da França teria valido mais do que dez mil reféns. Teria significado a pressão de toda a burguesia francesa sobre o governo de Versalhes para que negociasse a paz com a Comuna" (51).

"Em sua repugnância em aceitar a guerra civil, iniciada com o assalto noturno realizado por Thiers contra Montmartre, o Comitê Central tornou-se culpado, dessa vez, de um erro decisivo: não marchar imediatamente sobre Versalhes, então completamente indefesa, acabando dessa maneira

com as manobras conspirativas de Thiers e seus 'rurais'" (52).

"Na Europa de 1871, o proletariado não constituía a maioria do povo em nenhum país do continente. A revolução 'popular' que arrasta verdadeiramente a maioria para o movimento só podia ser popular englobando tanto o proletariado como o campesinato. Ambas as classes constituíam então o 'povo'. Ambas as classes estão unidas porque a 'máquina de Estado burocrática e militar' as oprime, as esmaga, as explora. 'Quebrar' esta máquina, 'demoli-la' -- tal é verdadeiramente o interesse do 'povo', da sua maioria, dos operários e da maioria dos camponeses, tal é a 'condição prévia' da livre aliança dos camponeses pobres e dos proletários, e sem tal aliança a democracia é instável e a transformação socialista é impossível. "Era para esta aliança que, como é sabido, a Comuna de Paris abria caminho, não atingindo os fins devido a uma série de razões de caráter interno e externo" (53).

Se a Revolução de Outubro vingou, em grande parte isto se deve a uma elaborada compreensão do partido bolchevique de que os erros não podiam se repetir. Sobre um dos pontos da revolução em que não podia haver falha, Trotsky escreve:

"Dava-se à tomada do Banco um sentido simbólico. Os quadros do partido foram educados segundo a crítica marxista da Comuna de Paris em 1871, quando os dirigentes, conforme sabemos, não ousaram levantar a mão sobre o Banco da França. 'Não, não recairemos em tal erro', diziam os bolcheviques muito tempo antes do dia 25 de outubro. A notícia da tomada do mais sagrado dos estabelecimentos do Estado burguês voou imediatamente pelos distritos, suscitando uma efervescência trinfal" (54).

Assim como aprendeu da Comuna, Outubro trouxe à luta do proletariado pelo poder uma larga e preciosa experiência, que torna a classe revolucionária senhora das causas e efeitos de uma revolução vitoriosa, e dos caminhos que devem e dos que não podem ser seguidos. Refletindo sobre a ditadura do proletariado em Outubro, Lênin conclui:

"... a experiência da ditadura proletária vitori-

osa na Rússia mostrou (...) que a centralização incondicional e a disciplina mais rigorosa do proletariado constituem uma das condições fundamentais da vitória sobre a burguesia" (55).

Do mesmo modo, a organização soviética revelou, ao ser utilizada com sucesso pelo movimento operário internacional, a sua vocação universal:

"Menos de dois anos depois (da Revolução de Outubro), revelou-se o caráter internacional dos Sovietes, a difusão desta forma de luta e de organização ao movimento operário mundial, a vocação histórica dos Sovietes de serem os coveiros, os herdeiros, os sucessores do parlamentarismo burguês, da democracia burguesa em geral" (56).

Contudo, as peculiaridades da revolução russa não podem ser olvidadas, e assim como ela exhibe aspectos necessários para a revolução em geral, apresenta muitos aspectos que serão apenas contingentes em outras revoluções. Lênin comenta um destes últimos:

"... a questão da privação dos exploradores do direito de voto é uma questão 'puramente 'russa', e não uma questão da ditadura do proletariado em geral. (...) Depois da guerra e depois da experiência da revolução russa, é provável que assim aconteça, mas 'não é obrigatório' para o exercício da ditadura, isto não constitui um traço 'necessário' do conceito lógico de ditadura, isto não faz parte como condição 'necessária' do conceito histórico e de classe de ditadura.

"O que é um traço necessário, uma condição obrigatória da ditadura, é a repressão 'violenta' dos exploradores como 'classe' e, por conseguinte, a 'violação' da democracia pura, isto é, da igualdade e da liberdade 'em relação' a essa 'classe'" (57).

Visto, assim, o critério de análise da realidade proposto por Lênin, vejamos como Lênin aferia a situação revolucionária, ou, por outra, quais as características de uma situação que, adequadamente aproveitada, gera uma revolução.

Pensamos que, para Lênin, a situação revolucionária se dá quando a relação de dominação que existe entre os exploradores e os explorados é posta em xeque por estes últimos. Lênin indica os sintomas da crise revolucionária:

"Quais são, de uma maneira geral, os índices de uma situação revolucionária? Estamos certos de não nos enganarmos indicando os três índices principais seguintes: 1) impossibilidade para as classes dominantes de manter sua dominação sob uma forma inalterada; crise do 'vértice', crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura pela qual os descontentes e a indignação das classes oprimidas se abrem um caminho. Para que a revolução estoure não é suficiente, habitualmente, que 'a base não deseje mais' viver como antes, mas é ainda necessário que 'o cume não o possa mais'; 2) agravação, mais do que é comum, da miséria e do desespero das classes oprimidas; 3) intensificação acentuada, pelas razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam pilhar tranquilamente nos períodos 'pacíficos' mas que, no período tempestuoso, são empurradas, seja pela crise no seu conjunto, seja pelo próprio 'vértice', para uma ação histórica independente" (58).

Em outra passagem, Lênin enfatiza que é necessária uma determinada configuração, ou disposição das classes para que se forme a situação revolucionária. Assim, seria mister:

"... que (1) todas as forças de classe que nos são hostis estejam suficientemente confusas, suficientemente em choque entre si, suficientemente extenuadas por uma luta superior às suas forças; que (2) todos os elementos vacilantes, oscilantes, inconsistentes, intermédios, isto é, a pequena burguesia, a democracia pequeno-burguesa em contraste com a burguesia, se tenham desmascarado suficientemente perante o povo, se tenham coberto suficientemente de vergonha pela sua falência prática; que (3) no proletariado apareça e comece a erguer-se poderosamente um estado de espírito a favor do apoio às ações revolucionárias mais decididas, abnegadamente ousadas contra a burguesia. É então que a revolução está madura..." (59).

A história demonstra que essa concorrência de fatores

não se apresenta tão amiúde que oportunidades possam ser perdidas. Pode ser questão de dias, semanas ou mesmo horas. Embora nem Marx, Engels ou Lênin tenham tratado da duração da situação revolucionária, especificamente, pode-se concluir, da carta que Lênin escreveu na noite de 24 de outubro de 1917 ao Comitê Central do Partido Bolchevique, quão curta e passageira é a situação revolucionária:

"Escrevo estas linhas na noite de 24, a situação é extremamente crítica. É claríssimo que agora, na verdade, a demora na insurreição equivale à morte. (...) É necessário, custe o que custar, hoje à noite, hoje de madrugada, prender o governo, depois de ter desarmado os cadetes (...) Não se pode esperar!! Pode-se perder tudo!! (...) A história não perdoará a demora aos revolucionários, que podem vencer hoje (e seguramente vencerão hoje), arriscando-se a perder muito amanhã, arriscando-se a perder tudo." (60)

Para que a situação revolucionária, que não aparece em tempo determinado, nem espera por quem quer que seja, se converta em revolução, é necessário que a vanguarda de classe revolucionária, o partido, leve as massas à insurreição. Este requisito, de ordem subjetiva, tem sido, aliás, o mais problemático para a classe revolucionária. Na verdade, trata-se de um requisito decisivo e preponderante para a sorte de uma revolução. Em geral as revoluções têm fracassado graças à precária satisfação desse requisito. A Comuna é exemplo frisante. Os erros que cometeu são imputáveis à falta de uma vanguarda organizada e disciplinada, o que levou Engels a afirmar que ela não sabia o que fazer e que o prêmio da vitória se revelou estéril (61). Sem o requisito do partido revolucionário, tanto pode passar em branco a oportunidade de tomar o poder como pode ser perdido após tomado. Constitui-se ele no núcleo da ditadura revolucionária, a quem cabe não apenas manter o poder recém tomado em face da contra-revolução, como também impulsionar a revolução para a frente.

Vimos, pois, que a revolução possui uma série de condições, algumas de ordem objetiva, que caracterizam a "situação revolucionária", e uma de ordem subjetiva e preponderante, o partido revolucionário, como vanguarda da classe, capaz de levá-la ao poder e de mantê-la no poder.

Esse último requisito é, justamente, o elemento volitivo da revolução, o elemento que materializa e porta os anseios e expectativas das massas que se emancipam, dando razão a Marx quando dizia que "os homens fazem sua própria história" (62).

Mas -- surge nesse passo a pergunta -- para que os homens fazem a sua própria história; e por que são fazedores de revoluções? Esta questão não é, contudo, de fácil resposta e, por isso mesmo, demanda um outro "capítulo, que é o subsequente.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. COHAN, A. S. Teorias da revolução. Trad. de Maria José da Costa Félix Matoso Miranda Mendes. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981. p. 55.
2. MARX, K. "Prefácio à 'Contribuição à Crítica da Economia Política'". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 1, p. 302.
3. LÊNINE, V. I. "Para o Quarto Aniversário da Revolução de Outubro". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. v. 3, p. 544.
4. LÊNINE, V. I. Idem, p. 546.
5. Vide referências 28 e 29 ao capítulo I.
6. TROTSKY, Leon. A História da Revolução russa. Trad. de E. Huggins. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, v.1, pp. 352/353.
7. TROTSKY, Leon. Idem, p. 25.
8. TROTSKY, Leon. Idem, pp. 390/391.
9. FERNANDES, Florestan. O que é revolução. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 14.
10. Vide nota "2", supra.
11. MARX, K. e ENGELS, F. "Prefácio à edição russa de 1882", do "Manifesto do Partido Comunista". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 1, p. 16.
12. ENGELS, F. "'Prefácio à edição inglesa' à obra 'Do socialismo utópico ao socialismo científico'". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 2, p. 302.
13. TROTSKY, Leon. A História da Revolução russa. Trad. de E. Huggins. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. v.3, p.1029.
14. Citado por TROTSKY, Leon. Idem, Ibidem.
15. LÊNINE, V. I. "Para o Quarto Aniversário da Revolução de Outubro". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. v. 3, p. 549.
16. MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1, p. 37.
17. MARX, K. e ENGELS, F. Idem, ibidem.
18. MARX, K. "A Guerra Civil na França". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 2, p. 84.

19. COHAN, A. S. Teorias da revolução. Trad. de Maria José da Costa Félix Matoso Miranda Mendes. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981. p. 74.
20. Vide nota "2", supra.
21. Vide notas "11" e "12", supra.
22. MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1, p. 29.
23. LÊNINE, V. I. "As Tarefas Imediatas do Poder Soviético". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. v. 2, p. 585.
24. LÊNINE, V. I. "Que Fazer? Problemas Candentes do Nosso Movimento". In: Obras escolhidas. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1986. v. 1, p. 158.
25. LÊNINE, V. I. Idem, p. 168.
26. FERNANDES, Florestan. "Introdução". In: LÊNINE, V.I. Política, org. por Florestan Fernandes. Trad. de Carlos Rizzi. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1978. p. 18.
27. MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1, p. 31.
28. Estas citações foram colhidas de FERNANDES, Florestan. "Introdução". In: LÊNINE, V.I. Política, org. por Florestan Fernandes. Trad. de Carlos Rizzi. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1978. pp. 31/32.
29. LÊNINE, V. I. "Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1986. v. 1, p. 430.
30. LÊNINE, V. I. Idem, p. 406.
31. LÊNINE, V. I. Idem, p. 411.
32. FERNANDES, Florestan. O que é revolução. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. pp. 80/81.
33. TROTSKY, Leon. A história da Revolução Russa. 3ª ed. Trad. de E. Huggins. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. v.2, p. 669.
34. MARX, Karl e ENGELS, F. Obra e local citado.
35. LÊNINE, V. I. "Que Fazer? Problemas Candentes do Nosso Movimento". In: Obras escolhidas. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1986. v. 1, p. 138.
36. LÊNINE, V. I. "Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução" ("Teses de Abril"). In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. v.2, p.14.

37. Trata-se o bonapartismo de uma situação de crise em que a burguesia se vê obrigada a deixar de governar através de sua representação tradicional, a República parlamentar, cedendo o poder político a uma figura supostamente "acima das classes" que fica à testa de um Executivo forte. Em "O 18 Brumário de Luís Bonaparte" (p. 238), Marx traça os contornos de uma situação de bonapartismo: "... a burguesia reconhece que seu próprio interesse lhe ordena subtrair-se aos perigos do 'self-government'; que, a fim de restaurar a calma no país, é preciso antes de tudo restabelecer a calma no seu Parlamento burguês; que, a fim de preservar intacto o seu poder social, seu poder político deve ser destruído; que o burguês particular só pode continuar a explorar as outras classes e a desfrutar pacatamente a propriedade, a família, a religião e a ordem sob a condição de que sua classe seja condenada, juntamente com as outras, à mesma nulidade política; que, a fim de salvar sua bolsa, deve abrir mão da coroa e que a espada que a deve salvarguardar é fatalmente também uma espada de Dâmocles suspensa sobre sua cabeça". Uma análise e exemplos de bonapartismo se encontram também em TROTSKY, Leon. A História da revolução russa. Trad. de E. Huggins. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. v.2, pp. 543/547.

37a. LÊNINE, V. I. "Para o Quarto Aniversário da Revolução de Outubro". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. v. 3, p. 544.

38. LÊNINE, V. I. "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo". In: Obras escolhidas. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1986. v.1, p. 641.

39. FERNANDES, Florestan. O que é revolução. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 14.

40. FERNANDES, Florestan. Idem, p. 83.

41. MARX, K. "Prefácio à 'Contribuição à Crítica da Economia Política'". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1, p. 302.

42. Vide nota "34", supra.

43. MARX, K. "As lutas de classes na França de 1848 a 1850". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1, p. 119.

44. MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1, p. 31.

45. Essa passagem é de um artigo escrito na "Nova Gazeta Renana" por Marx e Engels, e é citada por Engels na "Introdução" "Às lutas de classes na França de 1848 a 1850", obra citada, p. 95.

46. MARX, K. "A Guerra Civil na França". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obra citada, v.2, p. 99.
47. LUXEMBURGO, Rosa. Reforma social ou revolução? São Paulo, Global Editora, 1986. p. 67.
48. LÊNINE, V. I. "A Doença Infantil do 'Esquerdismo' no Comunismo". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. v. 3, p. 322.
49. LÊNINE, V. I. "Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática". In: LÊNINE, V. I. Obras escolhidas. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1986. v. 1, p. 429.
50. ENGELS, F. "Introdução 'Às lutas de classes na França de 1848 a 1850', de Karl Marx". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.1, p. 101.
51. ENGELS, F. "Introdução 'À Guerra Civil na França', de Karl Marx". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obra citada, v.2, p. 48.
52. MARX, K. "A Guerra Civil na França". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obra citada, v. 2, p. 76.
53. LÊNINE, V. I. "O Estado e a Revolução". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. v. 2, p. 248.
54. TROTSKY, Leon. A História da Revolução russa. Trad. de E. Huggins. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. v.3, p. 890.
55. LÊNINE, V. I. "A Doença Infantil do 'Esquerdismo' no Comunismo". In: Obra citada, v. 3, p. 281.
56. LÊNINE, V. I. Idem, p. 329.
57. LÊNINE, V. I. "A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky". In: Obra citada, v. 3, p. 24.
58. Trata-se de uma passagem de "A Falência da II Internacional", de Lênin, citada por FERNANDES, Florestan. O que é revolução. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. pp. 31/32.
59. LÊNINE, V. I. "A Doença Infantil do 'Esquerdismo' no Comunismo". In: Obra citada, v. 3, pp. 331/332.
60. LÊNINE, V. I. "Carta aos membros do CC". In: Obra citada, v. 2, p. 388.
61. Vide nota "51", supra.
62. MARX, K. "O 18 Brumário de Luís Bonaparte". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 1., p. 203.

IV. OS OBJETIVOS DA REVOLUÇÃO

A postura assumida por Marx nas suas obras, e que está expressa na última das teses sobre Feuerbach (1), levou-o a ser abertamente prescritivo em todas as suas obras científicas, ou descritivas, e a ser descritivo nas obras políticas ou prescritivas. Ciência e política caminham sempre juntas. Podemos explicá-lo argumentando que essa postura deriva da necessidade de o movimento operário, ao qual ele estava engajado, ter um estatuto científico.

Essa dupla personalidade assumida do discurso marxiano torna, por si mesma, desarrazoada a crítica (vulgar) que lhe imputa uma visão determinista ou fatalista das coisas, pois, a ser assim, não lhe fora mister ser tão francamente prescritivo.

O inconveniente dessa postura, todavia, é que certos pontos de sua obra se tornam aparentemente contraditórios ou confusos, na medida em que a fala prescritiva reduz detalhes da descrição científica, tornando aquela mais clara e persuasiva em detrimento desta, que fica obscurecida.

Esse problema é perfeitamente verificável quanto às formulações de Marx acerca dos objetivos da revolução. A maioria dos textos, como o "Manifesto", ao não entrar em pormenores, que tornariam o discurso menos inteligível para o receptor, ou seja, a classe operária, apontam, como objetivo da revolução, chegar a uma sociedade livre dos antagonismos de classe e das próprias classes, a uma sociedade sem Estado, onde toda a pro -

dução seria concentrada nas mãos dos indivíduos associados (2).

Isso leva o intérprete a examinar as partes vagas, carentes de especificidade do discurso, à luz de todo o contexto teórico, especialmente às luz das obras econômicas, de caráter mais descritivo.

Exploratoriamente, é conveniente lançar mão das conclusões a que chegou Hannah Arendt, sobre os objetivos da revolução em Marx. Diz ela, com efeito:

"... a revolução, segundo Marx, não se destinava a emancipar as classes trabalhadoras, mas a emancipar o homem do trabalho; somente quando o trabalho é abolido pode o 'reino da liberdade' suplantado o 'reino da necessidade'. Pois 'o reino da liberdade começa somente onde termina o trabalho imposto pela necessidade e pela utilidade exterior', onde termina o 'império das necessidades físicas imediatas'"(3).

Embora Hannah Arendt aponte, genericamente, o meio de atingir o objetivo da revolução, ou, por outra, como a revolução chegará a seus fins, e indique, ainda, o "reino da liberdade" como desiderato da revolução, a questão dos objetivos da revolução não resulta suficientemente esclarecida, pois seria forçoso indagar qual o valor mais alto a ser atingido pela revolução, e o seu conceito, bem como os vários objetivos-meio ou etapas necessárias para concretizar o objetivo propriamente dito.

A partir de uma leitura sistemática das obras de Marx, Engels e Lênin é possível concluir, definitivamente, que a liberdade é o valor maior a ser atingido pelo processo de revolução social, ficando outros valores reduzidos a objetivos-meio. A seguinte passagem do "Manifesto" é elucidativa:

"Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos" (4).

Mas essa liberdade, a que se referem Marx e Engels, não é a liberdade segundo o liberalismo clássico, a liberdade burguesa do comércio, de comprar e vender (5). Não é a liberdade dos homens que vivem na sociedade civil, onde a força de trabalho é mercadoria, onde as relações intersubjetivas são de dominação e exploração. A liberdade, de que falam Marx e Engels, seria aquela inerente a um estágio em que a sociedade civil e o Estado já se dissolveram, e foram substituídos por uma "associação", na qual as relações entre os homens já não se dão sob a imposição das necessidades:

Distingue-se o pensamento de Marx e Engels da doutrina liberal, na medida em que para eles é falso falar-se em liberdade na sociedade civil (capitalista), ao menos para a maioria dos seus componentes, os trabalhadores ou explorados. Os trabalhadores são obrigados a vender sua força de trabalho no mercado dos proprietários dos meios de produção, os capitalistas, e, por isso, são sujeitos à necessidade. Para viverem, têm de vender aos capitalistas a maior parte do seu tempo de existência, durante o qual executam tarefas com as quais não se identificam e que não lhes dão prazer algum. Não governam, pois, a sua existência; são governados por ela.

A sujeição do trabalhador à necessidade, e a sua privação de liberdade têm como causa, na sociedade capitalista, o caráter de mercadoria de sua força de trabalho. Sendo mercadoria, a sua força de trabalho "está à venda", independentemente da vontade do trabalhador. Por isso, a emancipação do homem do trabalho começaria, justamente, com a "emancipação da força humana de trabalho de sua condição de 'mercadoria'", segundo refere Engels (6).

A só emancipação da força de trabalho de sua condição de mercadoria, porém, não libertaria os trabalhadores da necessidade. "Sabem" (os operários), lembra Marx, "que para conse-

guir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irresistivelmente a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, terão que enfrentar longas lutas, toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens" (7).

Ora, enquanto não se der a plena superação da necessidade, enquanto não cessar a luta do homem pela existência individual, não há falar em liberdade, pois o homem, como os animais, está sujeito às leis da natureza. Hannah Arendt expõe adequadamente este aspecto da necessidade:

"Nenhuma violência exercida pelo homem, exceto aquela empregada na tortura, pode igualar a força natural com que as necessidades da vida compelem o homem. Por isto é que a palavra grega para tortura, 'anagkai', deriva de 'necessidade', e não de 'bia', que era o termo usado para a violência de um homem contra outro..." (8).

A superação das necessidades dar-se-ia quando se eliminassem as causas de desigualdade entre os homens. Às diversas etapas percorridas para a superação das necessidades da existência corresponderiam, precisamente, as diferentes fases do processo de transição para o comunismo, no qual, aí sim, estariam abolidas as desigualdades, superadas as necessidades e alcançada uma sociedade cimentada na livre associação dos indivíduos.

Na "Crítica ao Programa de Gotha", Marx tratou pormenorizadamente da questão dos estágios da revolução até atingir sua fase superior -- o comunismo, questão que se confunde, em certa medida, com a de que se trata neste capítulo.

Naquilo que Marx chama de "primeira fase da sociedade comunista", apesar de abolido o caráter de mercadoria da força de trabalho, os homens receberiam uma quota da produção social na proporção do seu trabalho. Recém saída do ventre da socieda-

de capitalista, esta primeira fase da sociedade comunista herda ainda muitos de seus defeitos, inclusive grande parte do direito burguês, especialmente aquele que estipula igual salário (agora produto) para igual trabalho. Contudo, como os homens são diferentes quanto à capacidade de trabalho -- alguns são superiores, física e intelectualmente, a outros -- e quanto às suas necessidades individuais -- uns são casados, outros já não, uns têm mais filhos que outros, etc. --, e como serão medidos por apenas um aspecto (quantidade de trabalho), daí advém que nesta primeira fase haverá certas diferenças de riqueza(9). Não se pode, porém, achar que não houve avanço, pois o pior defeito da sociedade capitalista foi extirpado, conforme observa Lênin:

"A justiça e a igualdade, conseqüentemente, não podem ainda ser dadas pela primeira fase do comunismo: subsistirão diferenças de riqueza, e diferenças injustas, mas a 'exploração' do homem pelo homem será impossível, porque ninguém poderá apoderar-se como propriedade privada dos 'meios de produção', fábricas, máquinas, terra, etc."(10)

Já naquela que Marx chama a "fase superior da sociedade comunista", terá desaparecido a subordinação à divisão do trabalho e, com isso, a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, que, atualmente, é uma das principais causas da desigualdade social. Esse considerável avanço das relações de produção corresponderá a um desenvolvimento nunca visto das forças produtivas, que libertará os indivíduos da luta pela existência (11). "... Só então", diz Marx, "será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades" (12).

Engels traça, com perfeição, os contornos da sociedade comunista, em que a liberdade seria concretizada:

"Ao apossar-se a sociedade dos meios de produção cessa a produção de mercadorias e, com ela, o domínio do produto sobre os produtores. A anarquia reinante no seio da produção social cede o lugar a uma organização planejada e consciente. Cessa a luta pela existência individual e, assim, em certo sentido, o homem sai definitivamente do reino animal e se sobrepõe às condições animais de existência, para submeter-se a condições de vida verdadeiramente humanas. As condições que cercam o homem e até agora o dominam, colocam-se, a partir desse instante, sob seu domínio e seu comando e o homem, ao tornar-se dono e senhor de suas próprias relações sociais, converte-se pela primeira vez em senhor consciente e efetivo da natureza. As leis de sua própria atividade social, que até agora se erguiam frente ao homem como leis naturais, como poderes estranhos que o submetiam a seu império, são agora aplicadas por ele com pleno conhecimento de causa e, portanto, submetidas a seu poderio. A própria existência social do homem, que até aqui era enfrentada como algo imposto pela natureza e a história, é de agora em diante obra livre sua. Os poderes objetivos e estranhos que até aqui vinham imperando na história colocam-se sob o controle do próprio homem. Só a partir de então, ele começa a traçar a sua história com plena consciência do que faz. E só daí em diante as causas sociais postas em ação por ele começam a produzir predominantemente, e cada vez em maior medida, os efeitos desejados. É o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade" (13).

Vê-se da descrição de Engels o quanto o conceito de liberdade, objetivo maior da revolução proletária, difere do conceito burguês de liberdade. Este é idealizado, universal, a-histórico, abstrato. Sobre tal conceito é que assenta toda a sociedade capitalista, que aboliu a servidão feudal, os privilégios senhoriais e os estados, para nivelar, abstratamente, todos os indivíduos, como pessoas livres. Assim, legitimava e ocultava o fato de que, concretamente, os capitalistas eram livres para comerciar, vender e comprar -- inclusive a força de trabalho de quem só tinha essa mercadoria para vender, e os

expropriados, ou trabalhadores eram livres para vender no mercado o seu único bem -- sua força de trabalho. Já o conceito proletário de liberdade está cimentado numa sólida base material: a plena igualdade entre os homens, a geral satisfação das necessidades existenciais dos indivíduos, o controle das leis da natureza e da sociedade. É um conceito histórico, referido a uma determinada fase da história; antes de atingir-se essa fase, não há falar em liberdade, seria uma palavra vazia de significado.

No "Anti-Düring", Engels aprofundou o conceito de liberdade do ponto de vista do socialismo científico, expressando-o nos seguintes termos:

"A liberdade (...) é o domínio de nós próprios e da natureza exterior, baseado na consciência das necessidades naturais; como tal é, forçosamente, um produto da evolução histórica. Os primeiros homens que se levantaram do reino animal eram, em todos os pontos essenciais de suas vidas, tão pouco livres quanto os próprios animais; cada passo dado no caminho da cultura é um passo no caminho da liberdade" (14).

A colocação de Engels autoriza a afirmação de que é a liberdade que permitirá ao homem governar-se pela sua vontade e pela sua razão, e não ser governado por leis independentes da sua vontade. Essa razão, porém, como a liberdade, é o reflexo do atingimento de um determinado patamar histórico, justamente a fase superior da sociedade comunista, e não "a" razão universal, que sempre teria existido mas que os homens, por tal ou qual motivo não descobriram. Aqui reside uma das principais diferenças do socialismo científico, de Marx e Engels, com o socialismo crítico-utópico, de Fourier, Owen, Saint-Simon e outros, que o precedeu. Este socialismo, noticia Engels, pretendia, à margem do 'processus' histórico, emancipar a humanidade inteira a curto prazo, quase instantaneamente, mediante a ins-

tauração do império da razão e da justiça eternas. Em vez de buscarmos, os utopistas, os meios de emancipação no processo histórico, retiraram-nos de suas próprias cabeças, ao argumento de que a razão e a verdade sempre existiram, faltando apenas o homem genial que as descobrisse e revelasse ao mundo (15).

Contraopondo-se a tal doutrina, que não atinava com as causas dos problemas que combatia, Marx, fundado em seus estudos econômicos, chegou, já nos seus "Manuscritos econômicos-filosóficos", obra da juventude (1844), à fórmula da emancipação da humanidade, pela via da emancipação da classe trabalhadora:

"... emancipar a sociedade da propriedade privada, etc., da servidão, se exprime na forma 'política' da 'emancipação dos trabalhadores', não como se se tratasse apenas da emancipação deles, mas porque na emancipação deles está contida a //emancipação// (o acréscimo sinalizado por // é do tradutor) humana universal, e esta está contida naquela porque a servidão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção e todas as relações de servidão são apenas modificações e conseqüências desta relação" (16).

As conclusões econômicas de Marx acerca da emancipação dos trabalhadores, transpostas para o nível político implicam em que, sendo a classe trabalhadora escrava do capital, é ela quem tem interesse em subverter essa relação de escravidão, e é ela, unicamente, quem tem condições de revolucionar a sociedade burguesa, para emancipar-se. Como, porém, é condição de sua emancipação a abolição da sociedade de classes, a sociedade inteira resulta emancipada das classes e da dominação de classe.

Em outra oportunidade, Engels esclarece um dos requisitos necessários ao atingimento da liberdade, na sociedade comunista. A liberdade, segundo Engels, só se tornaria efetiva no momento em que as funções públicas perdessem o seu caráter político, passando a ser simples funções administrativas, des-

tinadas a zelar pelos verdadeiros interesses sociais. Isso implicaria dizer que desapareceria o Estado e com ele a autoridade política (17). De fato, a despolitização das funções públicas ou estatais é condição prévia da liberdade, sendo certo que é por meio de tais funções que se dá a opressão política e a dominação de uma classe por outra. E, retomando os indivíduos as funções políticas que o Estado burguês lhes tomou, não haveria como ser exercida a dominação do homem pelo homem. Estaria assim realizada a predição de Saint-Simon, da transformação do governo político sobre os homens numa administração das coisas e na direção do processo produtivo (18).

Vimos, até aqui, que a revolução proletária objetiva a emancipação econômica do homem, pela superação das necessidades, bem como a emancipação política, pela superação do Estado. Decorrentemente, dar-se-ia a própria emancipação jurídica do homem, na medida em que, eliminando a propriedade privada e a igualdade formal que está na base do ordenamento jurídico da sociedade burguesa, superaria o direito burguês.

É que, não havendo mais a estrutura econômica sobre que se assenta a superestrutura jurídica da sociedade burguesa, esta superestrutura jurídica simplesmente não terá mais razão de ser. Na verdade, o maior golpe assestado no ordenamento jurídico burguês já terá ocorrido da primeira fase da sociedade comunista (= o chamado socialismo), com a eliminação da propriedade privada. Com efeito, de tal modo se acha ligado o direito burguês à propriedade privada, de tal modo a consagra, que ele abriga em seu bojo quase todas as normas do Direito Romano, certamente porque seja, observa Engels, "o Direito Romano a mais perfeita expressão que se conhece de um Direito cimentado sobre a instituição da propriedade privada." (19).

Do mesmo modo, a extinção das classes eliminará

a maior função social do direito, que é a de arbitrar o conflito entre as classes contendoras, evitando que transborde para uma guerra civil.

Contudo, o direito (burguês) só poderá ser completamente extirpado na fase superior da sociedade comunista (= o chamado comunismo), porque só aí terá sido removida a desigualdade de fato entre os homens. O direito burguês, segundo Marx, é um "direito igual" e ao mesmo tempo "como todo direito, o direito da desigualdade" (20). É igual por isso que aplica uma medida igual a indivíduos desiguais. É direito da desigualdade porque deste modo faz com que uns obtenham (e conservem) mais produtos da produção social que outros; faz com que uns sejam mais ricos que outros (21).

Quando a desigualdade de fato tiver sido abolida pelo princípio comunista do "De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades", o direito terá sido substituído pelo hábito de observar as regras fundamentais de convivência numa sociedade comunista. Lênin, abordando adequadamente este ponto, escreve:

"... quando a sociedade realizar a regra: 'De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades', isto é, quando os homens estiverem tão habituados a observar as regras fundamentais da convivência e quando o seu trabalho for tão produtivo que trabalharão voluntariamente 'segundo as suas capacidades'", nesse momento, continua Lênin, "O horizonte estreito do direito burguês", que obriga a calcular com a insensibilidade de um Shylock se não se trabalhou mais meia hora do que outro, se não se recebeu um salário inferior ao de outro -- este horizonte estreito será então ultrapassado. A distribuição dos produtos não exigirá então o estabelecimento de normas da parte da sociedade sobre a quantidade de produtos recebidos por cada um; cada um tomará livremente 'segundo as suas necessidades'. " (22).

Para chegar, porém, ao objetivo culminante da emancipação do homem de todos laços que o prendem à etapa da civilização em que é menos sujeito que objeto das leis da natureza e das leis da sociedade; para chegar a tal ponto, a revolução deve estar animada do espírito e da energia de transcender-se a si mesma, sob pena de recuar.

Todas as revoluções que até agora ocorreram consistiram na substituição de uma classe dominante por outra, e de um modo de produção por outro. Alcançado esse estágio, a classe até então revolucionária trasmudava-se de chofre em conservadora, erigindo, conforme descreve certa passagem do Manifesto, em leis eternas da natureza e da razão as relações sociais oriundas do seu modo de produção e de propriedade, relações que, por transitórias, surgem e desaparecem no curso do processo histórico (23).

Já o proletariado, para levar até ao fim a sua revolução, deverá suprimir a si mesmo como classe, suprimindo as próprias classes; e lutará, ao contrário da burguesia na sociedade atual, para superar constantemente o estado de coisas já existente, as posições já alcançadas.

E, quando atingir a fase mais avançada da sociedade comunista, inaugurar-se-á um novo ciclo no processo histórico, em que as revoluções não serão mais a forma de movimento da sociedade. Realizar-se-á, então, a predição de Marx:

"Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos entre classes as 'evoluções sociais' deixarão de ser 'revoluções políticas'" (24).

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. MARX, K. "Teses sobre Feuerbach". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 3, p.210.
2. MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". In: Obra citada, v.1, p. 37.
3. ARENDT, Hannah. A Condição humana. Trad. de Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983. p.116.
4. MARX, K. e ENGELS, F. obra citada, p. 38.
5. MARX, K. e ENGELS, F. Idem, p. 33.
6. ENGELS, F. Anti-Düring: filosofia, economia política, socialismo. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 176.
7. MARX, K. "A Guerra Civil na França". in: MARX, K. e ENGELS, F. Obra citada, v. 2, p. 84.
8. ARENDT, Hannah. Obra citada, p. 141.
9. MARX, K. "Crítica ao Programa de Gotha". In: MARX, K. e ENGELS, F. In: Obra citada, v. 2, p. 214.
10. LÊNINE, V. I. "O Estado e a Revolução". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. v.2, p. 285.
11. MARX, K. Obra citada, pp. 214/215.
12. MARX, K. Idem, p. 215.
13. ENGELS, F. "Do socialismo utópico ao socialismo científico". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obra citada, v.2, pp. 334/335.
14. ENGELS, F. Anti-Düring: filosofia, economia política, socialismo. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 96.
15. ENGELS, F. "Do socialismo utópico ao socialismo científico". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obra citada, v. 2, p. 305.
16. MARX, K. "Manuscritos econômico - filosóficos". In: MARX, K. e ENGELS, F. História, org. por Florestan Fernandes. Trad. de Florestan Fernandes e outros. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1984. p. 162.
17. ENGELS, F. "Sobre a autoridade". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v.2, p. 187.
18. A referência se encontra em ENGELS, F. "Do socialismo utópico ao socialismo científico". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obra citada, v. 2, p. 309.
19. ENGELS, F. Anti-Düring: filosofia, economia política, socialismo. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 87.

20. MARX, K. "Crítica ao Programa de Gotha". In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 2, p. 214.
21. MARX, K. Idem, ibidem.
22. LÊNINE, V. I. "O Estado e a Revolução". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. v. 2, p. 287.
23. MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. v. 1, p. 34.
24. MARX, K. A miséria da filosofia. Trad. de José Paulo Netto. São Paulo, Global, 1985. p. 160.

CONCLUSÕES

Depois dessa rápida incursão no terreno das idéias que Marx, Engels e Lênin elaboraram sobre a revolução, ficam evidenciadas as razões pelas quais elas são, conforme se expôs na Introdução, soterradas debaixo de pesado silêncio.

É que, na verdade, constituem essas idéias a chave da mudança da ordem atual, em decomposição, cujo maior sintoma de envelhecimento é, justamente, a impossibilidade de convivência com o novo.

A revolução é, como a eutanásia, o golpe necessário no modo de produção que está fatalmente debilitado mas que, espontaneamente, se recusa a fenecer.

As contradições que movimentam um regime social e o levam ao seu pleno desenvolvimento, são as mesmas que, uma vez desenvolvido, impõem a sua substituição por um regime social mais novo. A revolução é a transposição dessas contradições na consciência dos homens, que a transformam em ação concreta, operando a substituição do regime social caduco pelo seu sucessor.

A revolução se constitui, na verdade, de uma tarefa histórica, que cada época coloca nos ombros de determinada classe. Assim como, ao apagar das luzes do mundo feudal essa tarefa coube à burguesia, agora, na fase mais madura do capitalismo, cabe ao proletariado operar a passagem para o modo de produção que se gera no ventre do capitalismo mesmo — o so-

cialismo, o qual, porém, não virá à luz sem trabalho de parto e sem parteira.

Por que razão a revolução é tão importante e por que necessita ela de um auxílio teórico tão profundo quanto vasto, o marxismo? Simplesmente porque a revolução a que se dirigem Marx, Engels e Lênin, com suas idéias e formulações, é a revolução da maioria dos explorados e despossuídos da sociedade, em contraste com as revoluções anteriores, revoluções de minorias, que já detinham certa parcela de poder social. Eis porque a teoria revolucionária marxista é a ferramenta que materializará a ação da maioria de explorados e despossuídos da sociedade.

E, mais do que as revoluções anteriores, a atual, a revolução proletária se reveste de superior importância porque é somente com ela e a partir dela que o proletariado poderá começar a mudar a sua posição na sociedade capitalista; gradativamente, pacificamente, sem revolução, a sua posição mantém-se absolutamente inalterada.

Para iniciar esse processo de alterar a sua posição na sociedade, a classe revolucionária, o proletariado deve, obrigatoriamente, ter a supremacia política, deve constituir-se em classe dominante, ou seja, Estado. Isso só será possível, contudo, caso o Estado burguês, instrumento pelo qual a burguesia exerce a sua dominação social, seja destruído, vale dizer, sejam removidas as engrenagens que o preordenam à manutenção da ordem: o exército permanente e os privilégios da burocracia do Estado. Tanto as experiências da Comuna de Paris, como a Revolução de Outubro comprovaram esse fato.

A Revolução de Outubro indica que na fase atual do capitalismo, isto é, a fase do capitalismo monopolista, as revoluções proletárias ocorrem mais propiciamente nos países de-

pendentes e nas colônias, seja porque aí a compressão do regime capitalista é mais forte, seja porque as burguesias nacionais estão por demais debilitadas e corrompidas pelo capital internacional para levar avante o mais superficial alargamento da própria ordem burguesa que seja.

u A revolução deve ser, mais adequadamente, caracterizada não como um momento, mas como um processo, que, em se tratando da revolução proletária, começa a partir da conquista da supremacia política pela classe ascendente. Ora, justamente por ter a natureza de um processo, tem as suas marchas e contra-marchas. A Revolução de Outubro demonstra que a transição para o modo de produção socialista não se dá sem mediações, diretamente. Especialmente num país atrasado que faz uma revolução socialista, e sofre a compressão do capitalismo mundial, torna-se necessária a passagem pelo capitalismo de Estado. Isso não constitui uma infirmação à validade da teoria marxista; o próprio Manifesto do Partido Comunista dá a entender a existência de um capitalismo estatal entre o capitalismo propriamente dito e o socialismo.

Os objetivos últimos da revolução constituem campo insuficientemente explorado. Na verdade, a revolução social do proletariado não tem por meta, não objetiva a só conquista de uma sociedade sem explorados nem exploradores, suposição de um marxismo vulgar. Uma sociedade sem exploradores é conseguida até muito facilmente, bastando suprimir-se a burguesia. Não passa, porém, de um objetivo-meio, de uma etapa para o desiderato-último da revolução proletária, que é a sociedade comunista, a que Marx denominava a fase superior da sociedade comunista. Nessa fase, as classes não mais existiriam, como também o poder político, o Estado, não mais existiria. Os homens já não estariam mais obrigados ao trabalho por imposição das leis da natureza. Apenas nessa fase é que se autogovernariam, é que seriam, como nunca antes, livres.

OBRAS CONSULTADAS

1. ARENDT, Hannah. A Condição humana. Trad. de Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Forense-universitária, 1983. 339 p.
2. BUKHARIN, N. Tratado de Materialismo Histórico. Centro do Livro Brasileiro, Lisboa, sem data. 382 p.
3. COHAN, A. S. Teorias da revolução. Trad. de maria José da Costa Félix Matoso Miranda Mendes. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981. 198 p.
4. ENGELS, F. Anti-Düring: filosofia, economia política, socialismo. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 231 p.
5. ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Trad. de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo, Global, 1985. 391 p.
6. FERNANDES, Florestan. O que é revolução. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 121 p.
7. LENIN, Vladimir Ilich. Política, org. por Florestan Fernandes. Trad. de Carlos Rizzi. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1978. 191p.
8. LÉNINE, V.I. Obras escolhidas. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1986. v. 1.
9. LÉNINE, V.I. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. v. 2 e 3.
10. LUXEMBURGO, Rosa. Reforma social ou revolução? São Paulo, Global Editora, 1986. 124 p.
11. MARX, Karl. A miséria da filosofia. Trad. de José Paulo Netto. São Paulo, Global Editora, 1985. 225 p.
12. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. História, org. por Florestan Fernandes. Trad. de Florestan Fernandes e outros. 2ª ed. São paulo, Ática, 1984. 496 p.
13. MARX, Karl e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, sem data. 3 v.
14. STALIN, J. Fundamentos do Leninismo. São Paulo, Global Editora, sem data. 127 p.
15. TROTSKY, Leon. A História da Revolução russa. Trad. de E. Huggins. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 3 v.